

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	9
3.7 - Nível de endividamento	10
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	18
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	19
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	20
4.5 - Processos sigilosos relevantes	21
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	22
4.7 - Outras contingências relevantes	23
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	24

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	25
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	26
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	27
5.4 - Outras informações relevantes	28
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	29
6.3 - Breve histórico	30
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	32
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	34
6.7 - Outras informações relevantes	35
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	36
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	37
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	38
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	45
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	46
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	49
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	51
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	52
7.9 - Outras informações relevantes	53
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	54
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	56
8.3 - Operações de reestruturação	57
8.4 - Outras informações relevantes	58
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	59
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	60

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	61
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	62
9.2 - Outras informações relevantes	65
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	66
10.2 - Resultado operacional e financeiro	71
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	72
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	73
10.5 - Políticas contábeis críticas	75
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	83
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	84
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	85
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	86
10.10 - Plano de negócios	87
10.11 - Outros fatores com influência relevante	89
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	90
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	91
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	92
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	96
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	98
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	99
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	100
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	101
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	107
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	108

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	110
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	112
12.12 - Outras informações relevantes	113

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	114
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	116
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	119
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	120
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	121
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	122
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	123
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	124
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	125
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	126
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	128
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	129
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	130
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	131
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	132
13.16 - Outras informações relevantes	133

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	134
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	135
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	136

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	138
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	139
15.3 - Distribuição de capital	148
15.4 - Organograma dos acionistas	149
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	150
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	152
15.7 - Outras informações relevantes	153
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	154
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	155
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	157
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	158
17.2 - Aumentos do capital social	159
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	160
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	161
17.5 - Outras informações relevantes	162
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	163
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	164
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	169
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	170
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	171
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	172

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	173
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	174
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	175
18.10 - Outras informações relevantes	176
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	177
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	178
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	179
19.4 - Outras informações relevantes	180
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	181
20.2 - Outras informações relevantes	183
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	184
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	185
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	186
21.4 - Outras informações relevantes	187
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	188
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	189
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	190
22.4 - Outras informações relevantes	191

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Livaldo Aguiar dos Santos

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/01/2010
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2010 e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias para os trimestres a findar em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 330.000,00
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Edgar Jabbour	01/10/2010	839.554.458-87	Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, sala 502, Jardim Madalena, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-611, Telefone (19) 37073000, Fax (19) 370733001, e-mail: ejabbour@deloitte.com
Walbert Antonio dos Santos	01/01/2010 a 30/09/2010	867.321.888-87	Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, sala 502, Jardim Madalena, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-611, Telefone (19) 37073000, Fax (19) 370733001, e-mail: wsantos@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
Patrimônio Líquido	702.017.000,00	684.653.000,00	703.345.000,00
Ativo Total	1.861.192.000,00	1.738.615.000,00	1.680.924.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	673.529.000,00	475.434.000,00	696.124.000,00
Resultado Bruto	242.753.000,00	147.296.000,00	279.574.000,00
Resultado Líquido	68.750.000,00	12.808.000,00	126.607.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	74.757.547	74.757.547	78.557.547
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	9,364165	9,131600	8,920963
Resultado Líquido por Ação	0,919640	0,171327	1,611647

3.2 - Medições não contábeis

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

3.4 - Política de destinação dos resultados

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. Apesar disso, a política das Companhia é propor a Distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, imputáveis a Dividendos e líquidos de Imposto de Renda na fonte (JSCP), em valor mínimo equivalente a 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido ajustado da companhia, no exercício, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras emanadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Respeitada a legislação e os Estatutos Sociais da companhia, o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de Dividendos ou JSCP em montante inferior a 33% (trinta e três por cento) do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da companhia, das condições macroeconômicas, estratégias de investimento, e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A seguir os valores de retenção e distribuição do resultado no últimos três exercícios:

	2010	2009	2008
Dividendo total distribuído	37.379.000,00	9.718.000,00	40.336.000,00
Retenção de lucros para a reserva legal	3.396.000,00	605.000,00	5.648.000,00
Retenção de lucros para a reserva de lucros	38.812.000,00	7.483.000,00	79.742.000,00

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008
Lucro líquido ajustado	67.929.000,00	11.882.000,00	125.726.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	37,864535	31,930651	32,082465
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,097036	0,017406	0,179401
Dividendo distribuído total	37.379.000,00	9.718.000,00	40.336.000,00
Lucro líquido retido	38.812.000,00	7.483.000,00	79.742.000,00
Data da aprovação da retenção	15/03/2011	16/03/2010	24/03/2009

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	8.971.000,00	20/04/2010	9.718.000,00	19/01/2010	10.315.000,00	20/10/2008
Ordinária	8.971.000,00	20/07/2010				
Ordinária	10.466.000,00	21/01/2011				
Ordinária	8.971.000,00	18/10/2010				
Ordinária					9.427.000,00	18/04/2008
Ordinária					9.961.000,00	18/07/2008
Ordinária					10.633.000,00	20/01/2009

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Com base na política de dividendos, a Companhia propôs a distribuição de 33% do lucro líquido do exercício passível de distribuição e o remanescente da reserva de lucros, a título de juros sobre o capital próprio.

Nos períodos apresentados, esses fatos ocorreram em 2010, 2009 e 2008, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	67.929.000,00	11.882.000,00	125.726.000,00
(-) Constituição de reserva legal	<u>(3.396.000,00)</u>	<u>(605.000,00)</u>	<u>(5.648.000,00)</u>
Lucro passível de distribuição	64.533.000,00	11.277.000,00	120.078.000,00
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício	(25.721.000,00)	(3.794.000,00)	(40.336.000,00)
Constituição de reserva de lucros	<u>38.812.000,00</u>	<u>7.483.000,00</u>	<u>79.742.000,00</u>
Data de aprovação da retenção os lucros	15/03/2011	16/03/2010	24/03/2009
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício corrente - mínimo da Companhia – 33%	21.296.000,00	3.721.000,00	39.626.000,00
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício corrente – acima do mínimo	4.425.000,00	73.000,00	710.000,00
Juros sobre o capital próprio referente à reserva de lucros de exercícios anteriores	<u>11.658.000,00</u>	<u>5.924.000,00</u>	-
	<u>37.379.000,00</u>	<u>9.718.000,00</u>	<u>40.336.000,00</u>
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	33.155.000,00	8.609.000,00	35.451.000,00
% distribuído do lucro passível de distribuição	<u>40%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	995.425.000,00	Índice de Endividamento	1,65586493	
	0,00	Outros índices	0,33932535	<p>O método utilizado para calcular o endividamento financeiro da Companhia será a divisão da soma dos financiamentos com os provedores de capital, deduzidos os valores referentes ao "Financiamento - Finame Fabricante", pelo patrimônio líquido total.</p> <p>O motivo pelo qual entende que esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento do emissor é que é entendimento da Companhia que a operação denominada Finame Fabricante trata-se de uma operação de tesouraria, e portanto, não deve ser incluída no cálculo do endividamento.</p> <p>Nessa operação, embora a Companhia figure como a devedora perante o agente (Banco comercial), há um ativo a receber dos clientes decorrente das operações individuais, com cada cliente. Adicionalmente, os encargos pagos são idênticos aqueles cobrados dos clientes, o que fortalece a essência de uma operação de tesouraria e não dívida financeira.</p>

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	328.506.000,00	620.649.000,00	46.270.000,00	0,00	995.425.000,00
Total	328.506.000,00	620.649.000,00	46.270.000,00	0,00	995.425.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA E AO SETOR

O aumento da concorrência no setor em que atuamos pode nos afetar adversamente.

O mercado dos nossos produtos é caracterizado pela mudança de tecnologia e pelo desenvolvimento das indústrias. Nossa habilidade de aderir ou superar a consolidação do setor com sucesso dependerá, em parte, de nossa habilidade de aumentar e desenvolver nossos produtos existentes, de continuar a criar produtos inovadores, de adaptar nossos produtos às necessidades e padrões dos clientes existentes e potenciais, de continuar a melhorar a eficiência operacional, diminuir nossos custos e crescermos mais que nossos concorrentes, seja pela aquisição de novas empresas, seja pelo crescimento orgânico de nossa participação de mercado. O aumento da concorrência, o aumento da capacidade produtiva dos nossos concorrentes e o aumento da concorrência de sociedades estrangeiras e/ou de sociedades que disponham de mais capital para investimento do que nós, poderá afetar adversamente os nossos negócios e também os preços que nos podemos vender nossos produtos, reduzindo as nossas margens. Além disso, competidores podem desenvolver tecnologias ou produtos que tornem os nossos produtos obsoletos ou menos comerciáveis, ou, ainda, operar de forma mais eficiente do que nós. Se não formos capazes de aderir e superar uma eventual consolidação do setor, podemos ser afetados adversamente.

Adicionalmente, o posicionamento de nossos concorrentes estrangeiros no Brasil é diretamente influenciado pela cotação do dólar versus o Real, assim como pelos impostos incidentes sobre as suas atividades no Brasil. Dessa forma, uma eventual valorização do Real frente ao Dólar, ou a redução das alíquotas dos impostos incidentes sobre as atividades de nossos concorrentes estrangeiros poderá tornar tais concorrentes mais competitivos do que nós, o que poder vir a afetar adversamente as nossas atividades e resultados.

Podemos ser adversamente afetados se formos incapazes de oferecer produtos competitivos e tecnologicamente avançados. Ainda, estamos sujeitos a riscos associados ao desenvolvimento de produtos e tecnologias, que podem atrasar a introdução de novos produtos no mercado e resultar em despesas significativas.

O sucesso de nosso negócio depende, em parte, de nossa habilidade para manter e expandir os produtos existentes e nossa base de clientes. A nossa estratégia depende de nossa capacidade em atender clientes antes e depois da venda do produto, oferecendo custos e tecnologia competitivos. Não podemos garantir que seremos capazes de continuar a expandir nossas linhas de produtos, e conseqüentemente que seremos capazes de manter nossos atuais clientes, bem como atrair novos clientes. Também não podemos garantir que não iremos perder clientes para concorrentes com preços mais competitivos, com produtos e serviços equivalentes ou superiores. Se falharmos em expandir nossa linha de produtos, ou perder um número relevante de nossos atuais clientes, ou formos incapazes de atrair novos clientes, poderemos ser afetados adversamente.

Adicionalmente, nosso negócio é sujeito a riscos associados com o desenvolvimento ou aplicação de tecnologias, incluindo imprevistos técnicos e outros problemas. A ocorrência de qualquer desses fatores poderia causar atraso no desenvolvimento, ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

abandono da nova tecnologia ou de novos produtos. Não podemos garantir que novas tecnologias ou produtos, se desenvolvidos: (i) irão atingir os nossos preços atuais ou objetivos de performance, (ii) cumprirão o cronograma de lançamento estipulado, e (iii) serão tão eficientes quanto produtos desenvolvidos com outras tecnologias. A incapacidade de desenvolver um produto com sucesso, ou a decisão de não o completar, particularmente em instâncias em que já incorremos em gastos significativos, poderá nos afetar adversamente.

Nossas atividades e negócios são influenciados diretamente pelo resultado da indústria brasileira e, em parte, pela mundial. Caso o PIB Industrial brasileiro seja reduzido nos próximos anos, poderemos não alcançar nossas metas financeiras e estratégicas.

O crescimento do setor no qual atuamos é altamente influenciado pelo crescimento industrial brasileiro. Nossos principais clientes são fabricantes de bens de capital e bens de consumo duráveis e a expansão de nossas atividades e a implementação de nosso plano de negócios é influenciada, em grande parte, pela demanda por bens de capital no mercado brasileiro. O PIB industrial brasileiro cresceu no ano de 2010 10,1%, segundo o IBGE. Caso a economia brasileira deixe de crescer, ou mesmo mantenha um crescimento pouco expressivo, nossos negócios e atividades poderão ser negativamente influenciados.

O desempenho do setor de bens de capital, além de ser fortemente influenciado pelo nível de investimentos realizados no País, sofre influência também da disponibilidade de linhas de financiamento de longo prazo a custos atrativos.

O desempenho do setor de bens de capital em geral, e o de máquinas e equipamentos pesados em particular, é influenciado de forma significativa pelo nível de investimentos realizados no País, tanto pelo setor privado quanto pelo público. Por envolver bens de alto valor agregado, o setor também depende da existência de acesso a crédito de longo prazo a custos atrativos por parte de instituições financeiras privadas e públicas nacionais e internacionais, e por entidades multilaterais. A indústria de bens de capital é geralmente uma das primeiras a serem afetadas por crises econômicas e uma das últimas a reagir com a retomada do crescimento econômico. A diminuição dos investimentos realizados no País e a inexistência de crédito de longo prazo em montantes suficientes a custos atrativos poderão afetar adversamente a economia nacional e prejudicar nosso resultado operacional e condição financeira.

O BNDES poderá, no futuro, cancelar o programa Finame Fabricante. Adicionalmente, poderemos não mais ser elegíveis para utilizar essa linha de crédito. Caso qualquer uma dessas hipóteses venha a ser verificada, poderemos não ser capazes de oferecer aos nossos clientes linhas de crédito alternativas a custos similares, o que poderá afetar negativamente os nossos negócios.

Somos habilitados a utilizar a linha de financiamentos do BNDES denominada Finame Fabricante, que nos confere linhas de crédito concedidas em condições financeiras que acreditamos ser mais vantajosas do que aquelas oferecidas pelas demais instituições financeiras do mercado. Essa linha de crédito nos permite conceder financiamento aos nossos clientes em condições financeiras mais vantajosas àquelas praticadas por instituições privadas no mercado brasileiro. Nesse sentido, eventual desligamento da

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Companhia em relação a essa linha de crédito, a modificação desse programa ou determinada situação que não nos torne mais elegíveis a tal linha de crédito podem onerar os financiamentos por nós concedidos a nossos clientes, o que poderá resultar na diminuição de nossas vendas, e, conseqüentemente, afetar negativamente os nossos negócios. Portanto, estamos sujeitos a riscos associados ao financiamento aos nossos clientes.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Fabricante, nós figuramos como devedores e repassamos integralmente aos nossos clientes os termos negociados, devendo o cliente declarar conhecer as condições contratadas, ficando as máquinas vendidas como garantia real. De acordo com essa modalidade de financiamento, no caso de inadimplência de nossos clientes, somos obrigados a arcar com as obrigações do respectivo financiamento Finame Fabricante perante o BNDES. Vendas sob tal modalidade de financiamento são um componente importante no nosso resultado, tendo representado aproximadamente 50% da receita operacional líquida consolidada realizada no ano de 2010. Dessa forma, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso não sejamos capazes de administrar com sucesso a nossa política de extensão do financiamento a nossos clientes, ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada.

Nossas aquisições futuras apresentam riscos de execução e podemos não alcançar nossas metas financeiras e estratégicas.

Para atingir nossos objetivos, no futuro, poderemos adquirir ou investir em outras companhias, negócios ou tecnologias. Podemos encontrar nessas potenciais aquisições os seguintes riscos: (i) a aquisição poderá não contribuir para a nossa estratégia comercial, ou poderemos não capturar em tal aquisição todas as sinergias antecipadas; (ii) podemos enfrentar dificuldades para integrar as operações das companhias, negócios ou tecnologias adquiridas às nossas operações; (iii) o relacionamento com os atuais e novos funcionários poderá ser conturbado; (iv) poderemos perder membros da alta administração das companhias adquiridas; (v) o processo de diligência legal pode não identificar problemas, tais como eventuais passivos trabalhistas ou tributários existentes; (vi) podemos enfrentar dificuldades de tempo para uniformizar as práticas contábeis de divulgações das demonstrações financeiras e controles internos; (vii) a aquisição pode nos trazer processos movidos contra a empresa adquirida; (viii) o processo de aquisição pode sofrer contratemplos, e a atenção de nossa Administração pode ser desviada para questões ligadas à transição ou à integração das companhias adquiridas; (ix) efeitos de curto-prazo adversos ou resultados operacionais desfavoráveis; (x) nós poderemos precisar contrair dívidas para realizar as aquisições, o que poderá limitar nossa capacidade de alavancagem financeira no futuro. Esses fatores poderiam causar um efeito adverso sobre nós, especialmente no caso de aquisição de companhias ou negócios de maior porte ou de número maior de aquisições.

Além disso, não podemos garantir que seremos capazes de identificar oportunidades para futuras aquisições e que teremos sucesso na negociação de aquisições identificadas por nós.

Custos potenciais relacionados ao cumprimento da legislação ambiental, assim como potenciais responsabilidades ambientais, poderão nos causar efeito material adverso.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossos estabelecimentos estão sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que tratam da proteção da saúde e do meio ambiente, em especial por nossas atividades envolverem a utilização de certos produtos tóxicos, tais como sílica, chumbo e outros agentes químicos tóxicos. Efetuamos, e continuaremos a efetuar, investimentos significativos para atender a essas disposições. Além disso, uma vez que a legislação ambiental e sua aplicação estão se tornando mais rigorosas, nossos investimentos e despesas referentes ao cumprimento da legislação ambiental poderão aumentar de maneira significativa no futuro. Desse modo, investimentos necessários ao atendimento de regulamentação ambiental poderão acarretar reduções em outros investimentos estratégicos planejados, o que poderia prejudicar nossa lucratividade. Podemos estar, além disso, sujeitos a multas, além das obrigações de indenizar por prováveis danos decorrentes do não cumprimento das leis e regulamentos ambientais. Quaisquer custos e responsabilidades ambientais relevantes não previstos poderão afetar adversamente nosso desempenho financeiro futuro.

Estamos expostos a riscos por responsabilidade civil relacionados à recalls de nossos produtos ou prejuízos oriundos das garantias estendidas a nossos produtos, e podemos não ser capazes de manter um seguro adequado para cobrir referidas responsabilidades ou prejuízos.

Nosso negócio nos expõe a potenciais riscos por responsabilidade civil e prejuízos decorrentes dos nossos produtos. Além de despesas, que são naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa, existe ainda a possibilidade de propaganda negativa, que é gerada em face de ações por responsabilidade civil. O lançamento de novos produtos poderá fazer com que nós necessitemos de um recall pelo fato desses produtos não estarem adequados com as especificações previamente aprovadas, o que poderia resultar em uma publicidade negativa, assim como custos relacionados ao recall e perda de receita. Adicionalmente, se nossos produtos contiverem algum defeito de fabricação dentro do prazo de garantia de nossos produtos (que é atualmente de 1 ano), poderemos incorrer em prejuízos significativos para repará-los, conforme exige a nossa garantia de fabricação.

Não podemos garantir que a responsabilidade civil ou prejuízo por um produto defeituoso ou uma série de reclamações contra nós não terão um efeito adverso sobre nós. Se qualquer reclamação for proposta contra nós, independente de seu resultado, não podemos garantir que seremos capazes de, no futuro, manter o seguro contra responsabilidade civil ou constituir reservas e provisões para prejuízos em níveis suficientes para fazer frente a tais reclamações, recalls ou solicitações de reparo.

Nossa cobertura de seguros pode não ser suficiente para cobrir eventuais prejuízos em caso de interrupção de nossas atividades.

Nossas atividades, de um modo geral, estão sujeitas a uma série de riscos operacionais, incluindo acidentes industriais, disputas trabalhistas, mudanças na legislação e regulamentação ambiental, riscos relacionados ao meio ambiente, fatores climáticos e outros fenômenos naturais. Nossos seguros podem cobrir apenas parte dos prejuízos que possam advir de uma eventual interrupção de nossas atividades em decorrência destes ou de outros fatores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A perda de membros da nossa Alta Administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende dos serviços da nossa alta administração. Apesar de termos contrato de pacto de não-concorrência para os principais executivos da Companhia, esse contrato pode não ter o efeito esperado. Adicionalmente, nossa capacidade de administrar nosso crescimento depende de nossa capacidade em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a nossa alta administração. A falha em manter os membros da nossa alta administração ou em atrair pessoas competentes, poderá causar um efeito adverso.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Esse item está compreendido na resposta do item 4.1 – Fatores de Risco – descrição.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia tem, atualmente, somente um processo não sigiloso relevante. Os dados desse processo, estão descritos abaixo.

Juízo

2ª Vara Federal de Piracicaba.

Instância

2ª instância do Tribunal Regional Federal da 3ª região.

Data de distribuição

24/10/2006, vinte e quatro de outubro de dois mil e seis.

Partes no processo

A autora do processo é a Indústrias Romi S.A. e a Ré do processo é a União Federal.

Valores, bens ou direitos envolvidos

Mandado de segurança que visa, em linhas gerais, excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Principais fatos

Liminar: Concedida para autorizar a realização de depósitos judiciais dos valores de PIS e COFINS com a exclusão do ICMS da base de cálculo.

Depósito atualizado até 31 de dezembro de 2010: R\$ 24.466.000,00

Valor da provisão em 31 de dezembro de 2010: R\$ 26.409.000,00

Probabilidade de perda: provável

Sentença: Parcial procedência para autorizar o depósito judicial dos valores. Suspensa a exigibilidade e mantida a liminar.

Recurso de apelação: Romi e União Federal.

Fase atual: recursos de apelação com o relator no TRF3 desde 20.08.2008. Publicação disponibilizada em 02/05/2011 determina inclusão do processo na pauta de julgamento de 19/05/2011.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está exposta a vários riscos financeiros inerentes às suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, à indústria em geral, às suas atividades e à regulamentação do setor em que atua.

Dentro os riscos financeiros inerentes às atividades da Companhia destacam-se:

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo das possibilidades de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Um aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto negativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais. De forma análoga, um eventual aumento das taxas de juros também teria impacto sobre a remuneração das nossas aplicações financeiras, com efeitos positivos sobre a receita financeira.

Risco de taxa de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de crédito: esse risco deriva da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas provenientes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Risco relacionado às operações de FINAME fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: esse risco advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações, distribuindo entre capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros) e capital de terceiros o financiamento das operações da Companhia e de suas controladas.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia está exposta aos riscos gerais de mercado e adota planos de ação para tentar mitigá-los analisa diferentes conjunturas macroeconômicas para sua estratégia de negócios, planejamento estratégico e orçamentário com indicação de alternativas a serem adotadas em cada um destes cenários.

Risco de preço das mercadorias: para minimizar esse risco, Companhia e suas controladas monitoram permanentemente as oscilações de preços nos mercados nacional e internacional buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros: para minimizar os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Risco de taxa de câmbio: além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em “hedge” natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao euro representados por duplicatas a receber, financiamentos de importação e exportação, fornecedores e contratos de mútuo com as controladas situadas no Estados Unidos da América e na Europa.

Risco de crédito: para atenuar esse risco, a Companhia e as suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME fabricante é exigida garantia real dos clientes. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Risco relacionado às operações de FINAME fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha de a Companhia adotar uma estrutura de financiamento de suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros), com base em práticas internas e “benchmarking”.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

As informações desse item estão contempladas no item 5.1 – Descrição dos Riscos de Mercado, desse formulário.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/04/1938
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações, de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

Indústrias Romi S.A., empresa constituída em abril de 1938, sucessora de Máquinas Agrícolas Romi Ltda., que nasceu com a fundação de uma pequena oficina mecânica em 1930, localiza-se a 130 Km da capital paulista, no município de Santa Bárbara d'Oeste.

A fabricação de máquinas-ferramenta iniciou-se em 1941 com o lançamento de tornos universais, comercializados inicialmente com a marca "IMOR" e posteriormente, também com a marca "ROMI". Em 1944 começou a exportá-los, e hoje as máquinas-ferramenta ROMI e IMOR são conhecidas em mais de 60 países, distribuídas por todos os continentes, alcançando o expressivo número de mais de 153.200 unidades produzidas e comercializadas ao longo de sua história, tendo exportado mais de 28.800 máquinas.

Foi significativa também a participação da Romi na implantação da indústria automobilística no país, tendo fabricado o primeiro automóvel nacional, o ROMI-ISETTA, em 1956.

Em 1957 o fundador da Empresa, Sr. Américo Emílio Romi e sua esposa Dona Olímpia Gelli Romi instituíram a Fundação Romi, instituição sem fins lucrativos, destinada a prestar assistência médica hospitalar, educação e lazer aos funcionários e seus dependentes.

Em 1972, a Empresa tornou-se uma sociedade anônima de capital aberto, tendo atualmente cerca de 1.300 acionistas.

A excelente reputação e a invejável posição que os produtos Romi ocupam na maioria dos países industrializados, devem-se à concepção avançada e especializada, resultado de constantes pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos, aliados a um parque fabril dos mais modernos.

Com uma capacidade de produção anual ao redor de 3.900 máquinas, a linha de produção da Romi constitui-se de tornos paralelos universais, tornos a CNC, centros de usinagem, tornos verticais e horizontais pesados e extrapesados, máquinas injetoras de plástico, máquinas sopradoras de plástico, partes, peças, acessórios e equipamentos para atender sua linha de máquinas.

Além da fabricação de máquinas-ferramenta, máquinas para plásticos e demais produtos cuja manufatura representa a principal ocupação da sua capacidade instalada, a Companhia possui ainda fundição de peças em ferro cinzento e nodular, para atender o consumo interno, bem como, o mercado nacional e externo, com capacidade de fundir aproximadamente 50.000 toneladas/ano.

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil, composta por mais de 30 escritórios de vendas e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

A Companhia possui onze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste-SP e duas unidades fabris na Itália. Possui 6 subsidiárias de vendas localizadas nos EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Espanha e Holanda, além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.

6.3 - Breve histórico

Em relação ao Sistema de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, desde 1994 possui a certificação conforme a norma ISO 9002 e foi certificada na versão ISO 9001:2008, que inclui todas as unidades fabris da Companhia. Em agosto de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental da Companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, de ISO 14001:2004. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação ISO/TS 16949:2002, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões.

Em março de 2007, conforme as práticas de governança corporativa, a Companhia passou a ter suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

Em 11 de abril de 2007, a Companhia concluiu a Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de sua emissão, num total de 27.971.459 ações ordinárias, sendo 12.000.000 de novas ações emitidas e 15.971.459 em oferta secundária, num montante global de 419.572 milhões de reais. A emissão de novas ações resultou numa captação bruta para a Companhia de 180 milhões de reais. Os recursos captados serão utilizados para a realização de investimentos que propiciarão à Companhia ser mais eficiente e crescer mais rapidamente, gerando mais empregos e beneficiando os seus acionistas, parceiros, colaboradores e a comunidade.

Em janeiro de 2008, adquiriu a empresa J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda., tradicional fabricante de máquinas sopradoras de plásticos, objetivando a expansão da sua gama de produtos.

Em julho de 2008 concluiu a aquisição dos ativos da Sandretto Industrie S.r.l. Tradicional fabricante italiana de injetoras de plástico, o complexo empresarial da Sandretto compreende duas unidades fabris nas cidades italianas de Grugliasco e Pont Canavese, na região de Turim, além de quatro subsidiárias comerciais na Europa e vários centros de serviço, escritórios de venda e representações comerciais em diversos países.

Em abril de 2009, deu início às atividades da nova fundição, destinada para produção de peças de grande porte.

Em maio de 2009 a Romi concluiu o processo de transferência de tecnologia e das operações da linha de produtos Rom micron para a Kennametal Inc.

Em fevereiro de 2010, visando ampliar a presença no mercado global, a Companhia submeteu uma (“oferta”) pública para aquisição de todas as ações em circulação da Hardinge Inc. Como certas condições da oferta não foram satisfeitas, em julho de 2010 a Companhia anunciou o encerramento da oferta pela Hardinge.

Em junho de 2010, a Romi atingiu a marca de 150 mil máquinas produzidas nas suas unidades fabris.

Em junho de 2010, também, foi comemorado seus 80 anos de atuação, onde destacamos o pioneirismo e inovação da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

1-Aquisição da J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda.

Em 25 de janeiro de 2008, adquiriu por R\$ 5,5 milhões, a totalidade das quotas do capital social da empresa J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda. “JAC”, tradicional fabricante de máquinas sopradoras de plásticos, objetivando a expansão da sua gama de produtos.

O mercado foi devidamente informado sobre a aquisição, conforme fato relevante publicado em 28 de janeiro de 2008.

2-Aquisição dos ativos da Sandretto Industrie S.r.l.

Em julho de 2008, a Companhia, por meio da sua nova controlada indireta Romi Italia Srl (Romi Italia), adquiriu, pelo montante de € 7.900 mil (equivalente a R\$ 19.529 mil na data do contrato), um conjunto de bens e direitos denominado “Complexo Empresarial”, que inclui um conjunto de ativos intangíveis (tecnologia, desenho, marcas e patentes, informações técnicas e comerciais, além da totalidade do capital social das quatro subsidiárias integrais, situadas no Reino Unido, Holanda, Espanha e França, da Sandretto Industrie S.r.l., em Administração Extraordinária, na região de Turim, Itália. A nova controlada tem como objeto principal a atividade de engenharia, fabricação e comercialização de máquinas injetoras de plástico.

O mercado foi devidamente informado sobre a aquisição, conforme fatos relevantes publicados em 16 de maio de 2008 e 24 de julho de 2008.

3-Incorporação da J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de março de 2009, foi aprovada a incorporação da JAC pela Companhia, com a conseqüente extinção, de pleno direito, da JAC, com incorporação de todo o patrimônio da JAC pela Companhia, e a transferência, para a Companhia, de todos os bens, direitos e obrigações da JAC. Com a incorporação da JAC e a sua conseqüente extinção, a Companhia será sua sucessora legal, a título universal e para todos os fins de direito, em todos os seus direitos e obrigações. Considerando que a totalidade das quotas representativas do capital social da JAC são detidas integralmente pela Companhia, a versão para a Companhia do patrimônio da JAC não acarreta em qualquer alteração do capital social da Companhia, nem na emissão de novas ações.

O mercado foi devidamente informado sobre a incorporação, conforme fato relevante publicado em 24 de março de 2009.

4- Transferência de tecnologia e das operações da linha de produtos Romicon

Em agosto de 2008, visando ampliar a penetração da inovadora tecnologia ROMICRON® no mercado global, a Companhia decidiu implementar um plano de ação com o objetivo de transferir a tecnologia e a fabricação da linha de produtos ROMICRON®, da Romi para a Kennmetal Inc., processo que foi concluído em maio de 2009, com a assinatura de Contrato de Transferência de Tecnologia.

O mercado foi devidamente informado sobre a conclusão da transferência de tecnologia, conforme fato relevante publicado em 7 de maio de 2009.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

5- Oferta Pública para aquisição de controle da Hardinge Inc.

Em fevereiro de 2010, visando ampliar a presença no mercado global, a Companhia submeteu uma (“oferta”) pública para aquisição de todas as ações em circulação da Hardinge Inc. Como certas condições da oferta não foram satisfeitas, a Companhia anunciou o encerramento da oferta pela Hardinge.

O mercado foi devidamente informado sobre o encerramento da Oferta pela Hardinge, conforme fato relevante publicado em 15 de julho de 2010.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

A Companhia não tem ciência de nenhum pedido de falência, fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Romi é empresa líder entre os fabricantes nacionais de Máquinas-Ferramenta e para Processamento de Plástico. Detém, também, participação importante no mercado de Fundidos e Usinados. Os principais segmentos industriais que utilizam produtos da empresa são o automotivo (leves e pesados), de máquinas agrícolas, de bens de capital, de bens de consumo, de ferramentaria, de equipamentos hidráulicos, entre muitos outros.

A empresa conta com onze unidades fabris, sendo quatro de montagem final de máquinas industriais, duas fundições, três de usinagem de componentes mecânicos, uma para fabricação de componentes de chapas de aço e uma planta para montagem de painéis eletrônicos. A capacidade instalada de produção de máquinas industriais é de aproximadamente 3.900 máquinas/ano e a de fundidos é de aproximadamente 50.000 toneladas/ano.

Em atividade desde 1930, já produziu e vendeu mais de 153.200 máquinas ao longo de sua história, tendo exportado mais de 28.800 máquinas. Possui uma carteira diversificada de clientes, com aproximadamente 5.000 clientes ativos no Brasil, bem como, clientes localizados em mais de 60 países.

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócio. A Unidade de Negócio Máquinas-Ferramenta, que congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC (controle numérico computadorizado), Centros de Usinagem e Tornos Verticais e Horizontais Pesados e Extrapesados, é a maior unidade de negócio da Companhia, tendo sido responsável por 63,4% da Receita Operacional Líquida, em 2010. A unidade de Máquinas para Plásticos, correspondeu com 26,7% da Receita Operacional Líquida, fabrica injetoras de plástico com força de fechamento de 40 até 4000 toneladas, no Brasil, e até 5500 toneladas, na Itália, e sopradoras de plástico para peças até 100 litros. A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 t/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 25.000 kg, tendo contribuído com 9,9% da Receita Operacional Líquida de 2010.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a- Produtos e serviços comercializados

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócios:

Máquinas-Ferramenta: Congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC (controle numérico computadorizado), Centros de Usinagem e Tornos Verticais e Horizontais Pesados e Extrapesados, é a maior unidade de negócio da Companhia.

Máquinas para Plásticos: Fabrica injetoras de plástico com força de fechamento de 40 até 4000 toneladas, no Brasil, e até 5500 toneladas, na Itália, e sopradoras de plástico para peças até 100 litros.

Fundidos e Usinados: Está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 t/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 25.000 kg.

b- Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A tabela a seguir demonstra a receita operacional líquida por unidade de negócio e sua respectiva participação percentual.

em R\$	exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
Unidade de Negócio	2010	2009	2008
Máquinas-Ferramenta	427.104.000,00	310.672.000,00	439.924.000,00
<i>participação % na ROL</i>	<i>63,4%</i>	<i>65,3%</i>	<i>63,2%</i>
Máquinas para Plásticos	179.413.000,00	119.859.000,00	128.074.000,00
<i>participação % na ROL</i>	<i>26,6%</i>	<i>25,2%</i>	<i>18,4%</i>
Fundidos e Usinados	67.012.000,00	44.903.000,00	128.126.000,00
<i>participação % na ROL</i>	<i>9,9%</i>	<i>9,4%</i>	<i>18,4%</i>
Receita Operacional Líquida	673.529.000,00	475.434.000,00	696.124.000,00

c- Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não apura atualmente o lucro líquido por segmento operacional. Essa apuração é realizada somente até o lucro operacional e está demonstrada a seguir:

	Máquinas Ferramenta	Máquinas para Plástico	Fundidos e Usinados	Total Lucro Operacional Romi
Lucro (prejuízo) Operacional	76.569.000,00	5.888.000,00	(5.556.000,00)	76.901.000,00
Participação % no Lucro Operacional	99,57%	7,66%	(7,22%)	100%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a- Características do processo de produção

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três unidades de negócios. A unidade de negócios de Máquinas-Ferramenta, a de Máquinas para Plásticos e a de Fundidos e Usinados, distribuídas em onze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste-SP e duas unidades fabris na Itália.

Os processos básicos são: fundição; usinagem e chaparia; montagem eletro-eletrônica e montagem final.

A característica comum dos processos produtivos dos nossos três segmentos de negócio é a verticalização. Nos segmentos de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos, o desenvolvimento do produto é realizado por nossas equipes a partir de tecnologia desenvolvida por nós e da interação com escritórios de projeto e institutos de desenvolvimento no exterior. Alguns produtos contam com tecnologia licenciada por fabricantes de máquinas no exterior. O desenvolvimento dos processos de fabricação de componentes e montagem é realizado por nossas equipes e os componentes “mecânicos” são fabricados internamente, a partir da usinagem de ferro fundido (produção própria) ou de aço (adquirido no mercado).

Os componentes “não mecânicos” são comprados no mercado interno e externo e consistem basicamente em materiais elétricos, motores, sistemas de controle CNC, componentes hidráulicos e pneumáticos. Além disso, realizamos (i) a fabricação interna das coberturas metálicas (chaparia) das máquinas, a partir do aço adquirido no mercado; (ii) a montagem interna dos sistemas de controle das máquinas, composto do painel elétrico, dos cabos e dos motores; (iii) a montagem interna de sub-sistemas mecânicos de precisão, tais como cabeçotes, torres, trocadores de ferramenta, fusos de esfera e unidades de injeção; e (iv) a montagem final dos produtos, em linhas ou células específicas para cada família de produto, incluindo testes e inspeções de qualidade. Realizamos ainda a entrega do produto no local indicado pelo cliente, instalado e em funcionamento.

Já no segmento de fundidos e usinados, o produto é desenvolvido pelo cliente. Nós recebemos o desenho e especificações, suficientes para desenvolver o processo de fabricação do fundido e da usinagem do mesmo, transformando-o em peça acabada. Os processos de fabricação do fundido e da usinagem da peça são desenvolvidos internamente, nas Unidades Fabris 10 e UF82 (fundição) e UF01 (usinagem), respectivamente. Os projetos dos ferramentais necessários para a fundição e usinagem das peças são projetados internamente. O ferramental para fundição (modelos) é comprado no mercado local, de fornecedores localizados na região, e o ferramental para usinagem é fabricado em parte pela Companhia. Toda a produção de peças fundidas, a partir de ferro fundido, é realizada internamente pelas UF10 e UF82 e parte das operações de acabamento do fundido bruto (processo conhecido como “rebarbação”) é realizada por fornecedores da região. Toda a usinagem de peças fundidas é realizada internamente, nas UF01 e UF11. A fundição (realizada na UF10) conta com duas linhas de moldagem automatizadas, para peças de até 100 kg e alta produção, e linhas semi-automática e manual, para lotes menores e peças de até 30 toneladas de peso. A fundição (realizada na UF82) conta com uma linha de moldagem, para peças de até 60 toneladas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O processo de desenvolvimento tecnológico é responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos das suas respectivas unidades de negócios: máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos. Conseguindo, com isso, melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico própria, baseada nos setores de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio na Romi, voltado a seus produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de 20 patentes em inúmeros países na América, Europa e Ásia, e 5 licenças de transferência de suas tecnologia e fabricação a outras empresas. Além do desenvolvimento próprio, a Romi tem complementado seu acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global, tendo firmado até o presente 12 licenças de transferência de tecnologia.

Os conceitos de qualidade total fazem parte das estratégias de produção da companhia. Em relação ao Sistema de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, desde 1994 possui a certificação conforme a norma ISO 9002 e foi certificada na versão ISO 9001:2008, que inclui todas as unidades fabris da Companhia. Em agosto de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental da Companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, de ISO 14001:2004. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação ISO/TS 16949:2002, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões.

A Companhia possui seguro de todo seu imobilizado e os riscos do processo de produção que possam gerar paralização são praticamente inexistentes. A Companhia pratica uma consistente política de seguros, por meio da qual mantém contratadas apólices de “seguros de transportes nacionais e internacionais”, “seguro de crédito à exportação”, “seguro de veículos” da Companhia, “seguro garantia”, “seguro compreensivo” e “seguro de responsabilidade civil”. Não possuímos, contudo, quaisquer apólices de seguros e/ou coberturas para lucros cessantes.

b- Características do processo de comercialização

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil, composta por mais de 30 escritórios de vendas e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

A Romi, na década de 1960, sentindo a necessidade de estar próxima aos seus clientes, passou do sistema de venda através de revendedores para o sistema de “vendas diretas”, sistema este que recebe uma série de melhorias contínuas, e permanece até hoje como o melhor sistema de comercialização de máquinas no Brasil. O objetivo principal da venda direta é oferecer o produto certo para a necessidade específica de cada cliente. Mais do que a simples venda de um produto, vendemos uma solução completa para nossos clientes. O sucesso desse sistema decorre da seguinte forma de atuação:

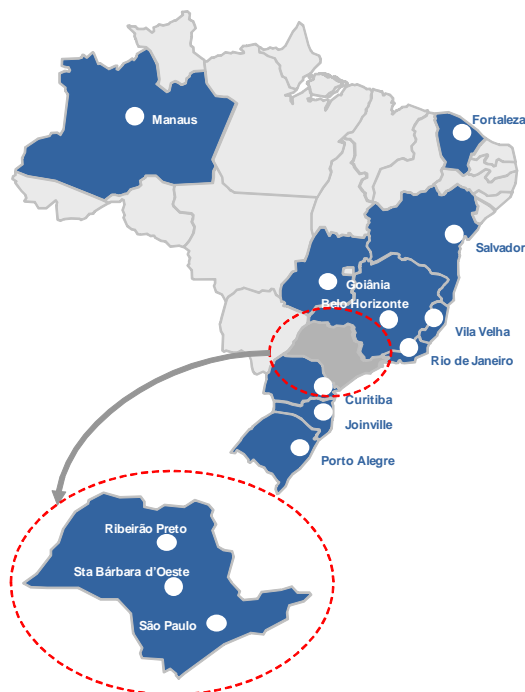
a) Filiais de vendas cobrindo desde os estados do Amazonas até o Rio Grande do Sul, sendo cada filial com estrutura de vendas, serviço pós-venda e venda de peças de reposição, ou seja, proximidade do cliente para o atendimento completo. Nas regiões mais distantes das filiais de vendas, mantemos os vendedores técnicos residentes, bem como técnicos de serviço residentes, todos empregados da Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- b) Departamento de engenharia de vendas e marketing para analisar as necessidades técnicas dos clientes, com indicação de máquinas, estudos de processos, treinamento de operação/programação. E em muitos casos, a venda da solução segue o sistema turn key, ou seja, com o fornecimento completo, desde a escolha das máquinas, processo, lay out da planta fabril até o programa de produção e treinamento de mão de obra aplicada.
- c) Departamento de serviço pós-venda com técnicos de serviço altamente treinados, não só para atendimento no campo, mas também através da RAI – Romi Assistência Integral para dar assessoria ao cliente, via telefone e/ou através de acesso remoto a máquina do cliente. Mantemos também uma equipe, não só para o treinamento dos nossos técnicos de serviço, mas também dos técnicos de nossos clientes.
- d) Departamento financeiro com uma equipe para dar apoio total aos clientes, principalmente pelo sistema Finame Fabricante.

Em termos promocionais dos produtos, participamos anualmente das principais feiras do Brasil, incluindo: a Feira Internacional da Mecânica (participação conjunta de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta), a Brasilplast (feira especializada em máquinas para plásticos) e a Feimafe (feira especializada em máquinas-ferramenta). Todos estes eventos ocorrem no parque do Anhembi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Brasilplast e a Feimafe, conhecidas mundialmente, ocorrem no mês de maio, nos anos ímpares.

A nossa força de vendas, composta por 168 colaboradores, atende a todos os clientes do Brasil, de forma direta, sem intermediários e revendedores.



A Companhia possui onze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste-SP e duas unidades fabris na Itália. Possui 6 subsidiárias de vendas localizadas nos EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Espanha e Holanda, além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



c- Características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

Mercado Interno:

A Companhia realiza suas vendas e presta assistência técnica aos seus produtos, através de suas filiais de vendas localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, não havendo, portanto, alterações significativas específicas (acréscimos ou reduções) ocorridas nos últimos anos.

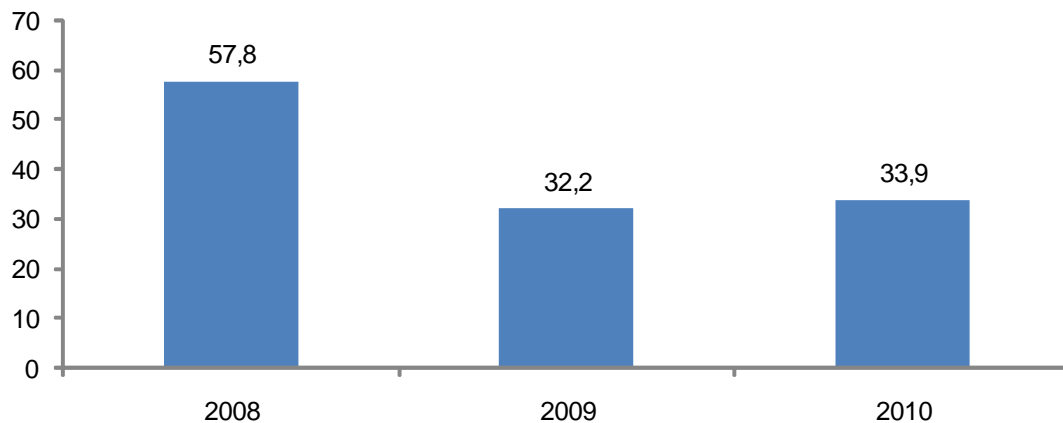
Mercado Externo:

A Companhia exporta seus produtos a vários países da América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, através de exportação direta, subsidiárias de vendas, revendedores e trading companies. A Companhia possui uma subsidiária nos EUA, a Romi Machine Tools, Ltd. Para o continente europeu, a Companhia tem uma subsidiária integral na Alemanha, denominada Romi Europa GmbH, com o objetivo de vendas e distribuição de nossos produtos, duas Fábricas na Itália com subsidiárias de vendas na Holanda, Espanha, França e Reino Unido.

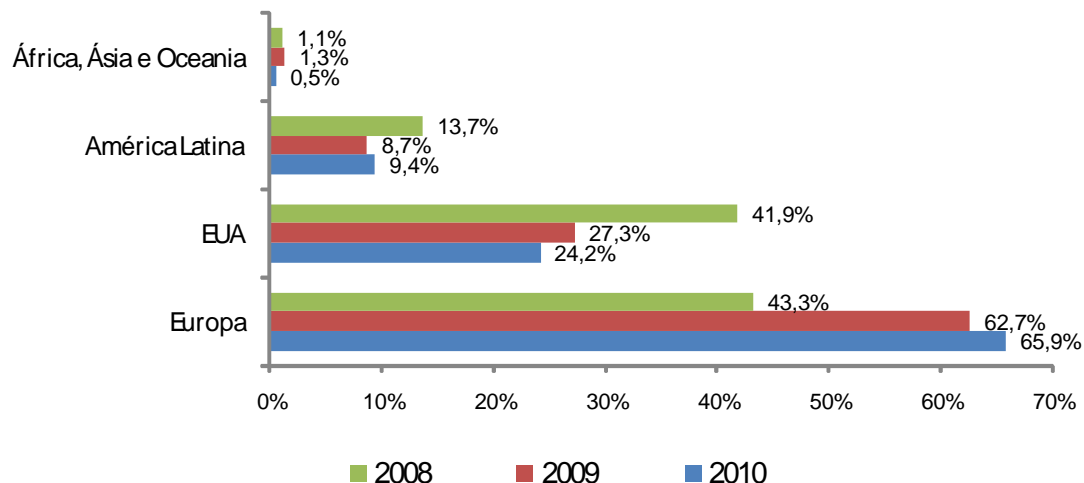
Em 2010, as vendas no mercado externo representaram 8,7% (US\$ 33,9 milhões) da Receita Operacional Líquida, em comparação com 13,2% (US\$ 32,2 milhões) obtidos em 2009. No acumulado, a Europa representou 65,9% (62,7% em 2009), os EUA 24,2% (27,3% em 2009), a América Latina 9,4% (8,7% em 2009) e outros países com 0,5% (1,3% em 2009).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Receita Mercado Externo - U\$Smilhões



As principais regiões onde a Romi vende seus produtos estão representadas no gráfico a seguir.



Processo Competitivo:

O setor de máquinas-ferramenta e de máquinas para plásticos é aberto à concorrência e com a retomada da atividade econômica, tem se mostrado um ambiente bastante competitivo. Atualmente, a maior concorrência para essas unidades de negócio de máquinas industriais são os fabricantes estrangeiros.

Dispomos de todas as condições para concorrer em preços e características técnicas, tanto com os produtos nacionais como os importados, o que nos permite operar com margens atrativas. Para os fundidos e usinados também estamos inseridos em um ambiente muito competitivo, entretanto a busca contínua pela fabricação de produtos mais complexos e com maior valor agregado, poderá nos permitir a obtenção de margens mais atrativas.

Nossos maiores competidores no setor de máquinas-ferramenta e de máquinas para plásticos são os produtos importados. Detemos uma participação no mercado brasileiro

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

estimada em aproximadamente 33 % em 2010 no segmento de máquinas-ferramenta em que atuamos e no mercado nacional de máquinas injetoras de plástico do segmento em que atuamos, a participação é de aproximadamente 30%. No setor de fundidos e usinados, nossos maiores concorrentes são Companhia nacionais tais como BR Metals Voith e Schultz.

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas-ferramenta, podemos citar a DebMaq do Brasil Ltda., (Indústrias Nardini S.A.), a Ergomat Indústria e Comércio Ltda., a Index Tornos Automáticos Indústria e Comércio Ltda. e a Heller Máquinas Operatrizes Ltda. Dentre nossos principais concorrentes estrangeiros no setor de máquinas-ferramenta, podemos citar as japonesas Mazak, Mori Seiki Okuma e Takamaz. Além destas, podemos citar a Doosan (Coréia), a Index (Alemanha) e a Haas (EUA).

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas injetoras de plástico, podemos citar: Pavan Zanetti, Multipack, Bekum, Pintarelli, Uniplás, Multipet, JBL e Usiform. Dentre nossos principais concorrentes estrangeiros, no setor de máquinas injetoras de plástico, podemos citar: Haitian, Arburg, Krauss Maffei, Demag Sumitomo, Sinitron, FCS, CLF, Golden Eagle, FCS/Kai Mei, Grupo Meggae e Chun Power.

Fundidos e Usinados: somos também um importante fabricante brasileiro de peças fundidas e usinadas, detendo uma participação de aproximadamente 4% do mercado nacional, nos segmentos onde atuamos. As nossas peças fundidas e usinadas são destinadas principalmente à indústria automotiva pesada e leve, de energia eólica e de bens de capital. Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de fundidos e usinados, podemos citar a Schulz S.A., Sudmetal, Farina, BR Metals, Intercast, Wetzell, Hubner, Fundimisa, Ítalo Lanfredi, Fundituba, Lepe, Voith, Dedini, Simisa, Corradi, Candeloro e São Francisco, Typy, WHB e Tekisd.

d- Eventual sazonalidade

Sazonalidade de Matérias Primas:

Não há.

Sazonalidade de Produtos:

A indústria de bens de capital depende, fundamentalmente, do crescimento da economia nacional e internacional, pois suas vendas dependem dos investimentos, que só ocorrem em condições de estabilidade política com crescimento econômico.

O primeiro trimestre, na comparação com os demais trimestres, historicamente reflete um desempenho menor, decorrente de férias coletivas e feriados, bem como, de expectativas de realizações das feiras mecânicas o início de abril. Portanto a retomada dos negócios no segundo trimestre é natural.

e- Principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O fornecimento de matérias-primas e insumos é de grande importância para as nossas atividades e é responsável por aproximadamente 63% do custo de produção. Atualmente o fornecimento regular de nossos insumos é realizado por aproximadamente 800 fornecedores. Cerca de 26% das matérias-primas e insumos comprados são importados principalmente dos Estados Unidos da América ou da Alemanha, os demais 74% dos itens comprados são adquiridos no mercado doméstico. Não dependemos de nenhum fornecedor específico para o fornecimento de matéria-prima ou de insumos. Continuamente analisamos nossos custos e monitoramos os preços de insumos que utilizamos na fabricação de nossos produtos, tais como itens eletrônicos, elétricos, mecânicos, hidráulicos, ferramentas, resinas, ferro gusa entre outros.

Segue abaixo tabela com os nossos principais fornecedores:

Fornecedor	Localização	Produto Fornecido
Fanuc Intelligent Platforms Inc.	Estados Unidos	CNC e Servo-motores
Siemens Ag.	Alemanha	CNC e Servo-motores
The Timken Corporation	Estados Unidos	Rolamentos
Bernecker & Rainer Ind. Elek	Áustria	Eletônica, Controladores
Autoblock Spa	Itália	Comp. Mecânicos e Hidráulicos
Hiwin Technologies Corp.	Taiwan	Guias Lineares e fusos de esferas
Sauter Feinmechanik GMBH	Alemanha	Componentes Mecânicos
Diplomatic Automation Srl	Itália	Componentes Mecânicos
Royal Precision Tools Corporation	Taiwan	Componentes Mecânicos
New Gifu Enterprise Ltd.	Taiwan	Componentes Mecânicos
Keyarrow Co. Ltd.	Taiwan	Componentes Mecânicos
Sauter Bibus GmbH	Alemanha	Comp. Mecânicos e Hidráulicos
Bosch Rexroth Ltda.	Atibaia - SP	Componentes Hidráulicos
Soluções Usiminas S.A.	Guarulhos - SP	Chapas de Aço
Fosco Indl. e Coml. Ltda.	São Paulo - SP	Resinas e Insumos p/ Fundição
MSA Indústria Metalúrgica Ltda.	Santa Bárbara d'Oeste - SP	Itens usinados conforme desenho Romi e serviços de cromagem.
Murrelektronik Br. Ind. Com. Ltda.	São Paulo - SP	Comp.Eletroeletrônicos
Schneider Electric Brasil Ltda.	Guararema - SP	Componentes Eletroeletrônicos

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Os clientes são atendidos por uma equipe de vendas especializada, que, no Brasil, é composta por vendedores próprios, através de filiais, ou através de representantes comerciais. A nossa rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil conta com mais de 30 localidades, através de filiais de vendas e vendedores, distribuídos pelos principais pontos do território nacional, com administração de vendas centralizada em São Paulo.

Possuímos aproximadamente 5.000 clientes ativos nas unidades de negócio de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos, 13.000 clientes ativos consumidores de peças de reposição e 30 clientes ativos na unidade de negócio de fundidos e usinados. Consideramos clientes ativos aqueles que compraram nossos produtos nos últimos 5 anos.

O quadro a seguir demonstra a participação da nossa carteira de clientes em nossa receita operacional líquida:

<u>Carteira de Clientes</u>	<u>% sobre a receita operacional líquida da Companhia em 2010</u>
10 maiores.....	15,84%
20 maiores.....	20,79%
50 maiores.....	29,43%
100 maiores.....	38,30%
200 maiores.....	48,70%
500 maiores.....	66,31%

Grande parte da base de nossos clientes é composta por pequenas empresas familiares.

a- Montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

b- Segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a- necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Todas as nossas unidades produtivas são inspecionadas e licenciadas pela autoridade competente, para a expedição do respectivo alvará (licença de funcionamento).

Na data deste Formulário de Referência, nossos estabelecimentos estão devidamente regularizados perante os órgãos competentes aos quais estamos sujeitos, mantemos responsáveis técnicos junto aos conselhos regionais correspondentes, bem como todos os registros e/ou cadastros de nossos produtos estão em vigor.

b- política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Nossas atividades estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os nossos Administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R\$ 50 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a nossa responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. No caso das medidas compensatórias, a legislação ambiental impõe ao empreendedor a obrigação de destinar recursos à implantação e manutenção de unidades de conservação, no montante de, pelo menos, 0,5% do custo total previsto para a implantação do empreendimento.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos nossos empreendimentos.

Nós procuramos executar todas as nossas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

Submetemos nosso Sistema de Gestão Ambiental à auditoria da ABS Quality Evaluation, para a certificação pela ISO 14001 versão 2004, tendo sido certificadas em 12 de agosto de 2005 as unidades em Santa Bárbara d'Oeste - SP, Brasil.

A certificação obtida pela Companhia vem comprovar o seu compromisso com o Meio Ambiente, inserindo princípios ambientais aplicáveis a todos os seus processos, fortalecendo a consciência ambiental dos seus colaboradores, buscando conscientemente o atendimento à legislação, prevenindo a poluição e melhorando continuamente o seu desempenho ambiental.

Os gastos totais com meio ambiente no ano de 2010, 2009 e 2008, foram respectivamente R\$ 3.448.000,00, R\$ 1.622.000,00 e R\$ 1.082.000,00.

c- dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Somos comprometidos com a qualidade de nossos produtos e serviços, com o objetivo de assegurar a satisfação dos nossos clientes, manter nossa competitividade e o nosso crescimento. Nossa filosofia é a melhoria contínua de nossos processos.

O processo de desenvolvimento tecnológico é de responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos e das suas respectivas unidades de negócios - máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos, o que permitiu melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico, baseada nos Departamentos de Engenharia de Produtos e de Métodos.

Nosso desenvolvimento tecnológico próprio, voltado a produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de mais de 60 patentes em diversos países da América, Europa

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

e Ásia. Além do desenvolvimento próprio, temos complementado nosso acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global.

Possuímos 19 patentes em vigor, sendo 2 no Brasil e 17 no exterior, além de 1 patentes requeridas, sendo 0 no Brasil e 1 no exterior. Além disso, possuímos o registro de 18 marcas no Brasil e de 132 no exterior, sendo que mais 4 foram requeridas no Brasil e 5 no exterior.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a- receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados no Brasil para os anos de 2010, 2009 e 2008 está evidenciada no quadro a seguir.

b- receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

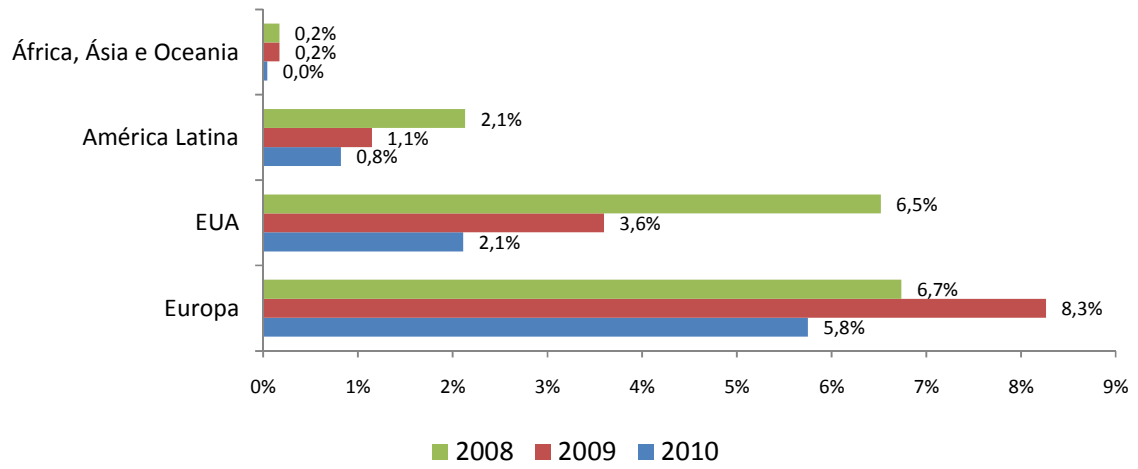
A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados em países estrangeiros para os anos de 2010, 2009 e 2008 está evidenciada no quadro a seguir.

em R\$ Mercados	exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Mercado Interno	614.752.000,00	412.791.000,00	587.812.000,00
<i>participação % na ROL</i>	<i>91,3%</i>	<i>86,8%</i>	<i>84,4%</i>
Mercado Externo	58.777.000,00	62.643.000,00	108.312.000,00
<i>participação % na ROL</i>	<i>8,7%</i>	<i>13,2%</i>	<i>15,6%</i>
Receita Operacional Líquida	673.529.000,00	475.434.000,00	696.124.000,00

c- receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Mercado Externo - % sobre ROL	2010	2009	2008
Europa	5,8%	8,3%	6,7%
EUA	2,1%	3,6%	6,5%
América Latina	0,8%	1,1%	2,1%
África, Ásia e Oceania	0,0%	0,2%	0,2%
Mercado Externo	8,7%	13,2%	15,6%

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior



7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia obedece a regulação pertinente aos produtos que ela comercializa em diferentes países.

Movimentos atípicos, como medidas protecionistas ou quedas de mercado podem de algum modo afetar as vendas de seus produtos. Contudo, a concentração de vendas, seja por país destinatário, ou cliente específico não é relevante no montante total de vendas do emissor.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Em 1º de maio de 2007 a Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica com a concessionária Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao Grupo Endesa, para o exercício de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2013, no regime de consumidor livre, sendo o contrato reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e valores distribuídos nos seguintes exercícios:

<u>Ano de fornecimento</u>	<u>Valor</u>
2011	9.531.000,00
2012	13.244.000,00
2013	<u>13.244.000,00</u>
Total	<u>36.019.000,00</u>

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a- controladores diretos e indiretos

Abaixo, são apresentadas as tabelas contendo a posição acionária dos controladores da Companhia, em 31 de dezembro de 2010:

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

Acionista	CNPJ	Ordinárias	quantidade de ações - em unidades			
			%	Total	%	
Fênix Empreendimentos S.A.	51.319.358-0001/12	27.166.190	36,34%	27.166.190	36,34%	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	00.383.281-0001/09	5.330.000	7,13%	5.330.000	7,13%	
Genesis Smaller Companies	-	4.581.900	6,13%	4.581.900	6,13%	
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros	34.053.942/0001-50	7.016.145	9,39%	7.016.145	9,39%	
Demais		30.663.312	41,02%	30.663.312	41,02%	
Total		74.757.547	100,00%	74.757.547	100,00%	

⁽¹⁾ Administrador de fundos - Inglaterra

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES

Composição	posição em 31 de dezembro de 2010	
	quantidade de ações	%
Controladores		
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190	36,34%
Famílias Romi e Chiti	6.879.810	9,20%
Fundação Romi	1.406.260	1,88%
	<u>35.452.260</u>	<u>47,42%</u>
Diretoria	2.000	0,00%
Conselho de Administração	8.753	0,02%
Em circulação	39.294.534	52,56%
Total	74.757.547	100,00%

b- controladas e coligadas

Possuímos seis subsidiárias:

A Romi Machine Tools Ltd. é a nossa subsidiária constituída nos Estados Unidos da América sendo a responsável pela importação, vendas e suporte para todos os tipos de máquinas-ferramenta produzidas pela Romi naquele País.

A Romi Europa GmbH, por sua vez, constituída na Alemanha, é o veículo que a Companhia utiliza para importação, vendas e suporte para todos os tipos de máquinas-ferramenta produzidas por nós na Europa.

A Romi Italia S.r.l. foi constituída para adquirir um conjunto de ativos da Sandretto Industrie S.r.l. in Amministrazione Straordinaria ("Sandretto"), compreendendo terrenos, prédios, instalações, máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, móveis, computadores, software, tecnologia, desenhos, marcas, patentes, informações técnicas e

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

comerciais, além da totalidade do capital social das quatro subsidiárias integrais da Sandretto, situadas no Reino Unido, Holanda, Espanha e França.

A Romi A.L. S.A. é uma subsidiária constituída no Uruguai para representação comercial na América Latina, e em especial para custear a nossa participação em exposições e feiras.

A Rominor, Comércio Empreendimentos e Participações S.A. e a Interocean Comércio, Importadora e Exportadora são as nossas duas subsidiárias no Brasil. Enquanto atualmente a primeira possui e administra alguns imóveis e outros recursos próprios, a segunda é uma sociedade trading que se encontra inativa.

c- participações do emissor em sociedades do grupo

As únicas sociedades do grupo que detêm participação societária na Companhia são aquelas elencadas no item “a” acima.

d- participações de sociedades do grupo no emissor

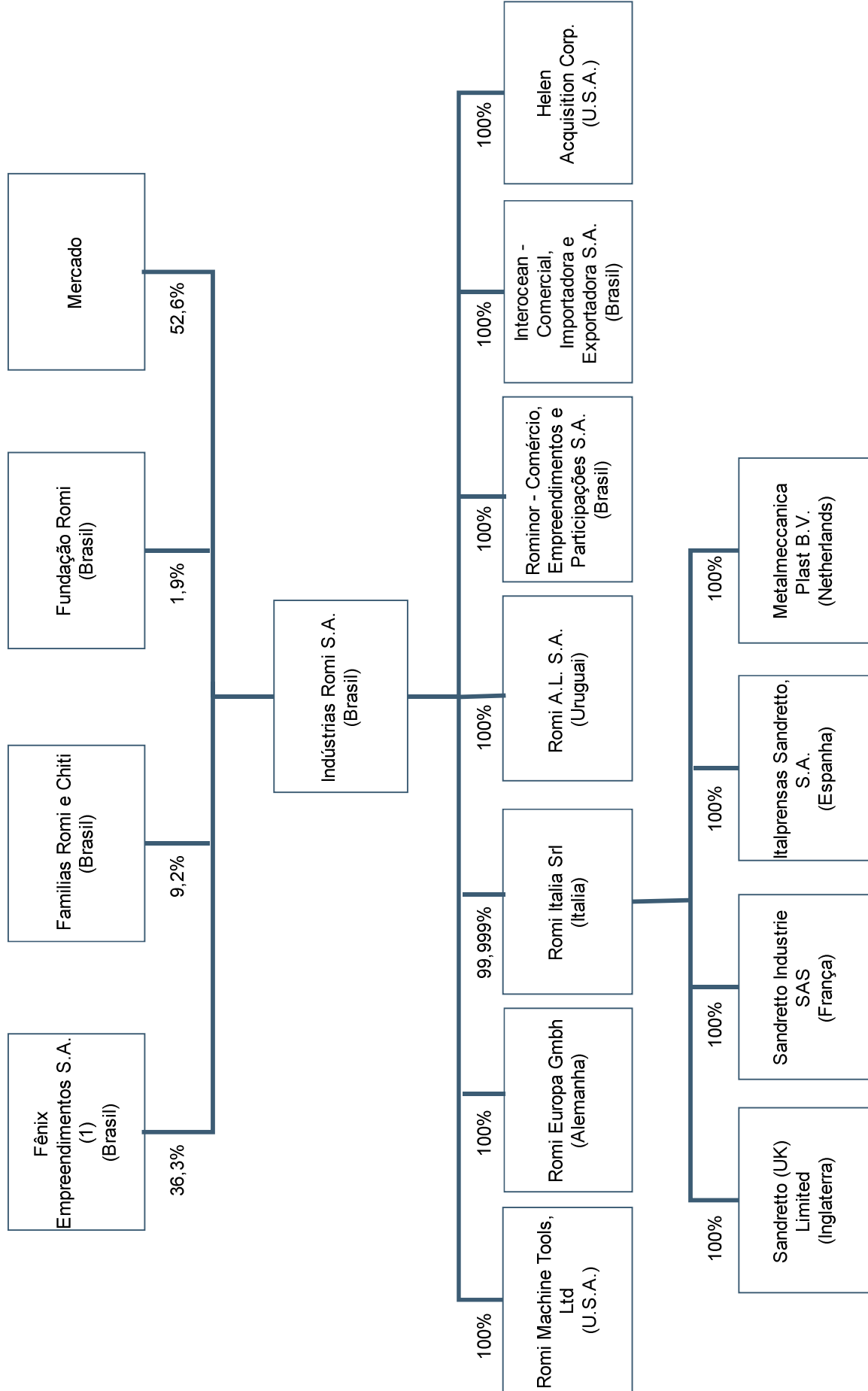
As únicas sociedades do grupo que detêm participação societária na Companhia são aquelas elencadas no item “a” acima.

e- sociedades sob controle comum

Informado no item 8.2.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Organograma Societário



(1) Fênix Empreendimentos S.A. é uma companhia holding controlada pelas famílias Romi e Chiti.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	24/03/2009
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de março de 2009, foi aprovada a incorporação da JAC pela Companhia, com a conseqüente extinção, de pleno direito, da JAC, com incorporação de todo o patrimônio da JAC pela Companhia, e a transferência, para a Companhia, de todos os bens, direitos e obrigações da JAC. Com a incorporação da JAC e a sua conseqüente extinção, a Companhia será sua sucessora legal, a título universal e para todos os fins de direito, em todos os seus direitos e obrigações. Considerando que a totalidade das quotas representativas do capital social da JAC são detidas integralmente pela Companhia, a versão para a Companhia do patrimônio da JAC não acarreta em qualquer alteração do capital social da Companhia, nem na emissão de novas ações. O mercado foi devidamente informado sobre a incorporação, conforme fato relevante publicado em 24 de março de 2009.
Data da operação	21/10/2008
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Recuperação de ações
Descrição da operação	<p>O Conselho de Administração, na reunião realizada em 21 de outubro de 2008, aprovou o programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital, nos termos de seu estatuto social, das Instruções CVM nº 10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes.</p> <p>O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para os seus acionistas, através da aplicação de parte de seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucros e de capital.</p> <p>Tendo sido completada a quantidade prevista, em 4 de março de 2009, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa. Durante a sua vigência, a Companhia adquiriu 3.800.000 ações ordinárias de sua própria emissão, pelo valor total de R\$ 25.760.000,00 (R\$ 10.194.000,00 durante o ano de 2009), sendo o valor médio por ação de R\$ 6,77.</p> <p>Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de abril de 2009, foi aprovado o cancelamento dessas referidas ações. Com o cancelamento, o número total de ações ordinárias passou a ser de 74.757.547.</p>
Data da operação	24/07/2008
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em julho de 2008, a Companhia, por meio da sua nova controlada indireta Romi Italia Srl (Romi Italia), adquiriu, pelo montante de € 7.900 mil (equivalente a R\$ 19.529 mil na data do contrato), um conjunto de bens e direitos denominado "Complexo Empresarial" da Sandretto Industrie S.r.l., em Administração Extraordinária, na região de Turim, Itália. A nova controlada tem como objeto principal a atividade de engenharia, fabricação e comercialização de máquinas injetoras para plástico. O mercado foi devidamente informado sobre a aquisição, conforme fatos relevantes publicados em 16 de maio de 2008 e 24 de julho de 2008.
Data da operação	25/01/2008
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 25 de janeiro de 2008, adquiriu por R\$ 5,5 milhões, a totalidade das quotas do capital social da empresa J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda. "JAC", tradicional fabricante de máquinas sopradoras de plásticos, objetivando a expansão da sua gama de produtos. O mercado foi devidamente informado sobre a aquisição, conforme fato relevante publicado em 28 de janeiro de 2008.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não temos outros bens relevantes, além dos que serão tratados nos itens 9.1.a. – Ativo Imobilizado, 9.1.b. – Patentes/marcas/licenças e 9.1.c. – Participação em sociedades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédio da nova Fundação UF82	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Prédio da Fábrica da UF16	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Infraestruturas externas do projeto paradiso	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Infraestrutura do projeto Vulcano	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Edifício industrial da UF10	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Edifício Industrial da UF11	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Área de 62,92 ha nas proximidades do distrito industrial e rodovia dos bandeiran	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Prédio de logística - projeto paradiso	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Depósito de resíduos industriais	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Centro de usinagem dupla coluna Okuma MCR-BII	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Centro de usinagem dupla coluna modelo MCR-A5	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Centro de usinagem dupla coluna Okuma tipo pórtico	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Depósito do almoxarifado geral	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Área de terras na Rodovia SP 304	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Licença de uso de programas Oracle	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Camara de jateamento com 12 turbinas	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Retífica plana modelo SF-3	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Romi PH 800 Eixo Y	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Máquina automática para moldagem de areia verde	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Ponte rolante dupla viga modelo carro guincho	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Máquina laser de comando numérico para corte de chapas	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Linha de distribuição interna para subestação de energia elétrica	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Máquina para retificar superfícies planas com duas colunas portal	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Sistema de exaustão dos fornos de indução bernauer	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Sistema de despoeiramento dos desmoldadores	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Prédio de Estoque de Máquinas UF15 e UF16	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Mandrilhadora Lazzati modelo Line T - Type HB 130T	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Cessão de direitos de tecnologia e propriedade intelectual para fabricação de máquinas sopradoras	Não aplicável	Não aplicável	Não pagamento do contrato de transferência de tecnologia	Perda de receitas, entretando não significativa para a receita total do grupo.
Contrato de transferência de tecnologia	Transferência de tecnologia entre Romi e Lazzati para fabricação de máquinas para plástico	Não aplicável	Não aplicável	Não pagamento do contrato de transferência de tecnologia.	Perda de receitas, entretando não significativa para a receita total do grupo.
Contrato de transferência de tecnologia	Contrato de transferência de tecnologia celebrado entre Romi e PFG S.R.L. em 13/05/2010.	Não aplicável	Não aplicável	Não pagamento do contrato de transferência de tecnologia.	Perda de receitas, entretando não significativa para a receita total do grupo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Helen Acquisition Corp.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos	NY	New York	Holding não operacional que tem por objetivo a participação em outras sociedades.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	153.636.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia tinha por objetivo, com essa sociedade, efetivas aquisições de outras sociedades fora do Brasil. Em fevereiro de 2011, a Companhia decidiu retornar o capital investido nessa companhia.								
Interocean Comércio Importadora e Exportadora	62.091.038/0001-74	-	Controlada	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	"Trading" inativa nos períodos apresentados.	100,000000
				Valor mercado		31/12/2010	0,00	
31/12/2010	-15,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	17.000,00		
31/12/2009	-0,090909	0,000000	0,00					
31/12/2008	-0,083333	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
"Trading" inativa nos períodos apresentados.								
Romi A.L. S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai		Montevideú	Representação comercial para a América latina.	100,000000
				Valor mercado		31/12/2010	0,00	
31/12/2010	-0,150000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	1.430.000,00		
31/12/2009	-0,909090	0,000000	0,00					
31/12/2008	-0,083333	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Representação comercial para a América latina.								
Romi Europa GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Alemanha		Munique	Assistência técnica e apoio a revendedores da Europa, Ásia, África e Oceania	100,000000
				Valor mercado		31/12/2010	0,00	
31/12/2010	-0,557692	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	1.104.000,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
31/12/2009	-0,473084	0,000000	0,00						
31/12/2008	3,345872	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
É estratégico para a Companhia manter uma assistência técnica permanente, para seus clientes nos continentes referenciados.									
Romi Itália S.R.L.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Itália		Turin	Desenvolvimento de projetos, produção e venda, distribuição, importação e exportação de máquinas e equipamentos para o processamento de matérias-primas plásticas.	100,000000	
				Valor mercado	31/12/2010	0,00			
31/12/2010	-0,210511	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	26.800.000,00			
31/12/2009	0,617400	0,000000	0,00						
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Desenvolvimento de projetos, produção e venda, distribuição, importação e exportação de máquinas e equipamentos para o processamento de matérias-primas plásticas.									
Romi Machine Tools, Ltd.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos		Erlanger	Distribuição de máquinas-ferramenta e fundidos e usinados para a América do Norte.	100,000000	
				Valor mercado	31/12/2010	0,00			
31/12/2010	0,173694	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	-2.561.000,00			
31/12/2009	-12,989011	0,000000	0,00						
31/12/2008	-0,854283	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Distribuição de máquinas-ferramenta e fundidos e usinados para a América do Norte									
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Empreendimentos e participações em geral.	93,070000	
				Valor mercado	31/12/2010	0,00			
31/12/2010	-0,011180	0,000000	20.262.063,54	Valor contábil	31/12/2010	26.534.000,00			
31/12/2009	-0,211900	0,000000	2.974.444,92						
31/12/2008	0,348903	0,000000	0,00						

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empreendimentos e participação em geral.

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores devem comentar sobre:

a- condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta uma posição financeira estável e confortável, com expectativa de crescimento para 2011, com base no crescimento industrial e do investimento, principalmente no mercado nacional. Mesmo diante da crise iniciada em 2008, que adentrou o ano de 2009, a Administração tomou as ações necessárias para equilibrar as condições financeiras e patrimoniais e adicionalmente, buscou todas as oportunidades diante do crescimento econômico brasileiro no ano de 2010. O constante investimento em pesquisa e desenvolvimento (média de 4% ao ano da receita operacional líquida) para o desenvolvimento de novos produtos mantém a competitividade da Companhia. Em relação a estrutura de capital, a Companhia possui, em sua maioria (89,5%) financiamentos de longo prazo e caixa líquido de R\$ 9.393.000,00 (R\$ 6.748.339,00 em 2009 e R\$ 17.099.000,00 em 2008), acreditando que por ser um segmento de alta ciclicidade, é importante manter níveis adequados de endividamento. As condições financeiras e patrimoniais da Companhia são adequadas aos níveis de operação e aos planos futuros da Companhia e não há fatos para acreditarmos que tal situação se altere de forma significativa em um curto espaço de tempo, exceto pela forte influência de aspectos macroeconômicos extraordinários ainda não conhecidos.

b- estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de dezembro de 2010, considerando-se a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos), 10,5% eram de curto prazo (11% em 2009 e 28,7% em 2008) e 89,5% de longo prazo (89% em 2009 e 71,3% em 2008), sendo 98,78% em moeda nacional (98,28% em 2009 e 82,5% em 2008) e 1,22% em moeda estrangeira (1,72% em 2009 e 17,5% em 2008). O prazo médio calculado dos vencimentos em 31 de dezembro de 2010 é de aproximadamente 2,9 anos (3,46 anos em 2009 e 1,16 ano em 2008). Diante o patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2010, que montava R\$702.017, a dívida bruta consolidada, no valor de R\$237.542 representava 33,8% do referido patrimônio líquido (34% em 2009 e 14,1% em 2008).

i. hipóteses de resgate

Não há um programa para resgate de ações.

ii fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável

c- capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia, através do planejamento e controle constante dos seus ativos e passivos financeiros acredita não haver sinalização negativa em relação à capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são, em sua maioria representadas por financiamentos junto ao BNDES, com características

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de longo prazo e taxas de juros de mercado, conforme informações disponíveis, a partir de 09/02/2011 no site da Comissão de Valores Mobiliários e no site oficial da Companhia (www.romi.com). Em 31 dezembro de 2010, a Companhia apresentava disponibilidades no montante total de R\$ 246.935.000,00 e dívidas financeiras de R\$ 237.542.000,00 (225.912.945,12 em 2009 e R\$ 134.224.000,00 em 2008), resultando em um caixa líquido no montante de R\$ 9.393.000,00 (R\$ 6.748.339,00 em 2009 e R\$ 41.992.000,00 em 2008).

d- fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de captação de recursos da Companhia é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

e- fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

f- níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia, em 31 de dezembro de 2010 possuía os seguintes níveis de endividamento:

	2010	2009	2008
Caixa e equivalentes de caixa	246.935.000,00	225.913.000,00	135.224.000,00
Financiamentos (parcelas do circulante)	(24.927.000,00)	(25.538.000,00)	(23.279.000,00)
Financiamentos (parcelas do não circulante)	<u>(212.615.000,00)</u>	<u>(207.123.000,00)</u>	<u>(69.953.000,00)</u>
Caixa Líquido (valor de caixa e equivalentes de caixa deduzido dos financiamentos)	9.393.000,00	(6.748.000,00)	41.992.000,00
Patrimônio líquido	700.042.000,00	682.875.000,00	682.656.000,00
Nível de endividamento financeiro (dívida líquida / patrimônio líquido)	0%	1%	0%

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Vide quadro explicativo dos empréstimos ao final dessa seção.

- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui uma operação denominada Finame Fabricante, onde os prazos podem ser de até 48 meses, operadas com agentes financeiros.

- iii. grau de subordinação entre as dívidas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia possui alguns covenants em relação aos empréstimos captados junto ao BNDES, que estão descritos no quadro explicativo ao final dessa seção.

g- limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui R\$ 3.063.000,00 de valores referentes à contratos de empréstimos já contratados e ainda não utilizados e/ou liberados.

h- alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras consolidadas

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>31/12/08</u>
Ativo:			
Circulante (a)	976.708.000,00	914.546.000,00	885.761.335,11
Não circulante (b)	<u>884.484.000,00</u>	<u>824.069.000,00</u>	<u>795.162.880,77</u>
Total do ativo	<u>1.861.192.000,00</u>	<u>1.738.615.000,00</u>	<u>1.680.924.215,88</u>
Passivo:			
Circulante (c)	450.169.000,00	406.009.000,00	416.271.963,40
Não circulante (d)	709.006.000,00	647.953.000,00	561.307.288,47
Patrimônio líquido	700.042.000,00	682.656.000,00	700.808.835,23
Participação dos não controladores	<u>1.975.000,00</u>	<u>1.997.000,00</u>	<u>2.536.128,78</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.861.192.000,00</u>	<u>1.738.615.000,00</u>	<u>1.680.924.215,88</u>
Receita operacional, líquida dos			
impostos (e)	673.529.000,00	475.434.000,00	696.124.099,99
Lucro bruto (f)	242.753.000,00	147.296.000,00	279.573.777,33
Lucro operacional (g)	76.901.000,00	9.181.000,00	126.455.985,41
Resultado antes dos impostos	<u>81.148.000,00</u>	<u>14.536.000,00</u>	<u>161.759.487,55</u>
Lucro líquido do exercício	<u>68.750.000,00</u>	<u>12.808.000,00</u>	<u>126.606.951,23</u>

(a) A variação refere-se basicamente ao aumento das contas de caixa e equivalentes de caixa, em função da geração de recursos pela companhia durante o exercício de 2010 e a conta de estoques, em função do aumento no nível de atividades da Companhia em 2010. Já a variação entre 2009 e 2008 reflete o aumento do contas a receber decorrente das receitas auferidas no último trimestre de 2009;

(b) O aumento reflete os investimentos em imobilizado, na ordem de R\$ 33.000.000,00 e o aumento da parcelas classificadas no ativo não circulante dos Valores a receber – Repasse de Finame fabricante, em função do crescimento da receita. Já a variação entre 2009 e 2008 é resultado dos investimentos em ativo imobilizado no valor de aproximadamente R\$51 milhões, realizado durante o exercício de 2009;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (c) A variação refere-se basicamente as seguintes principais contas: salários e encargos sociais (em função das margens operacionais no ano de 2010 houve o provisionamento de cerca de R\$ 9.000.000,00 referente a participação nos lucros e resultados e R\$ 1.000.000,00 em 2009), aumento do financiamento denominado FINAME Fabricante decorrente do crescimento da receita em 2010 e fornecedor, em decorrência do aumento do nível de atividade da companhia em 2010 e melhora nos prazos de pagamentos. Já a variação entre 2008 e 2009 de R\$ 10.264.000,00 é o efeito líquido do aumento do financiamento denominado FINAME Fabricante decorrente das receitas do último trimestre e da redução dos passivos em geral como resultado da diminuição das atividades em virtude da crise global iniciada em 2008;
- (d) Aumento do financiamento denominado FINAME Fabricante decorrente do crescimento das operações no ano de 2010. Já entre 2008 e 2009 é resultado da captação de novos financiamentos para expansão da capacidade produtiva e a linha BNDES PSI, pré-exportação;
- (e) A receita operacional líquida foi 41,7% superior em relação a 2009, crescimento considerável por superar o crescimento do PIB industrial e também da Formação Bruta de Capital Fixo. O crescimento da receita ao longo do ano de 2010 deve-se, basicamente, ao bom desempenho geral das operações da Companhia e pelo desempenho positivo da atividade industrial no Brasil. O investimento em inovação, considerado assaz estratégico pela Romi, também é responsável pelo desempenho observado. Os produtos lançados nos últimos três anos foram responsáveis por 65,1% da Receita Operacional Líquida em 2010. Já entre 2008 e 2009 a redução de 31,7% na receita operacional líquida foi resultado da crise global iniciada em 2008, que afetou as empresas, principalmente as empresas de bens de capital;
- (f) A margem bruta em 2010 foi de 36%, demonstrando melhora em relação aos 31% alcançados em 2009. Este fato é reflexo do aumento da produtividade e do volume das operações, que ajudam na diluição dos custos fixos. Já entre 2008 e 2009 a redução de 47,3% na margem bruta é resultado da diminuição das operações em 2009 e do aumento da concorrência, pela diminuição dos níveis de investimentos das empresas em todo o mundo, ambos em virtude da crise global mencionada anteriormente.
- (g) O crescimento de 458,26% no lucro operacional deve-se ao aumento da margem bruta de contribuição mencionado no item (f) acima, além de o maior faturamento possuir grande impacto nas despesas operacionais, que são, em sua maioria, consideradas como fixas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Quadro Explicativo dos Financiamentos

REFE.	2010		2009		2008		Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantias
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante			
Financiamentos de exportação (R\$)	(c) e (d)	75.703.000	1.512.000	58.260.000	6.197.000	5.842.000	Parcela única	4,5% ao ano	Nota promissória
Imobilizado - Moeda Nacional - (R\$)	(a) e (b)	17.413.000	125.176.000	12.983.000	136.581.000	54.909.000	Mensal	TJLP + Juros de 1,3 a 2% ao ano	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos (R\$)		4.395.000	10.917.000	5.672.000	11.033.000	7.189.000	Mensal	TJLP a 12,5% ao ano + Juros de 1,3% ao ano, pagos mensalmente com a amortização do principal	Alienação fiduciária da máquina financiada/aval/nota promissória
Saques refinanciados (R\$)		1.207.000	655.000	2.829.000	966.000	2.013.000	Mensal	LIBOR + 1% de "spread"	Contrato de prenda do cliente
Romi Machine Tools - capital de giro - US\$		48.000	21.000	46.000	72.000	56.000	Semestral	Juros de 6,31% a 6,39% ao ano + variação cambial	Nota promissória/aval
Romi Itália (Sandretto UK Ltd.) - libras esterlinas		1.509.000	143.000	2.496.000	211.000	258.000	Semestral	Juros de 1,65% ao ano + LIBOR	Ativo imobilizado
Outros		24.927.000	212.615.000	25.538.000	207.123.000	588.000			
					28.503.000	70.957.000			

(a) Em 13 de abril de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 25.500, registrados na rubrica "Imobilizado - moeda nacional". A liquidação ocorrerá em 60 parcelas mensais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em maio de 2011. Os juros contratados desse financiamento são de 1,36% acima da TJLP, com vencimentos trimestrais, de julho de 2009 a maio de 2011, e mensais a partir dessa data. A Companhia está obrigada a manter os índices financeiros a seguir descritos, os quais serão calculados anualmente com base nas demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes. Caso contrário, deverá oferecer garantias reais no valor de 130% do saldo devedor ao BNDES. Os índices a serem mantidos são: (a) índice de capitalização, em que a divisão do patrimônio líquido consolidado deverá ser igual ou maior que 0,35; e (b) índice de distribuição de resultados, em que a divisão dos dividendos somados aos juros sobre o capital próprio pelo lucro líquido consolidado deverá ser igual ou menor que 0,40. A Companhia encontra-se adimplente em relação aos índices financeiros.

(b) Em 12 de novembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 82.549, registrados na rubrica "Imobilizado - moeda nacional". A liquidação ocorrerá em 72 parcelas mensais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em dezembro de 2011. Os juros contratados desse financiamento são de 1,63% ao ano acima da TJLP, com vencimentos trimestrais de fevereiro de 2010 a dezembro de 2011, e mensais a partir dessa data. A garantia do empréstimo dar-se-á por hipoteca de imóveis de propriedade da Companhia, com os equipamentos nele instalados. A Companhia também obriga-se a manter índices financeiros, como segue: (a) índice de capitalização, em que a divisão do patrimônio líquido consolidado deverá ser igual ou maior que 0,35; e (b) índice de distribuição de resultados, em que a divisão dos dividendos somados aos juros sobre o capital próprio pelo lucro líquido consolidado deverá ser igual ou menor que 0,40. A Companhia encontra-se adimplente em relação aos índices financeiros.

(c) Em 16 de julho de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento vinculado ao Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI, referente ao Programa de exportação. O valor total do crédito é de R\$ 58.260, integralmente liberado à Companhia em outubro de 2009 e registrados na rubrica "Financiamentos de exportação". A liquidação ocorrerá em parcela única com vencimento em 15 de agosto de 2012. A Companhia obriga-se a exportar, até a data de liquidação do contrato, o equivalente a US\$ 30.000 mil. Os juros contratados desse financiamento são prefixados à taxa de 4,5% ao ano e são pagos trimestralmente, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 16 de novembro de 2009. A garantia do empréstimo é efetuada por nota promissória assinada pela Companhia. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento.

(d) Em março de 2010 a Companhia firmou contrato de financiamento vinculado ao Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI, referente ao Programa de exportação. O valor total do crédito é de R\$ 17.743. A liquidação ocorrerá em parcela única a vencer em 15 de dezembro de 2012. A Companhia obriga-se a exportar, até a data de liquidação do contrato, o equivalente a US\$ 10.000 mil. Os juros contratados desse financiamento são prefixados à taxa de 4,5% ao ano e são pagos trimestralmente, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 15 de março de 2010. A garantia do empréstimo é efetuada por nota promissória assinada pela Companhia. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores devem comentar sobre:

a- resultados das operações do emissor, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de: máquinas ferramenta, máquinas para plásticos, peças de reposição, reforma de máquinas, peças fundidas e/ou usinadas e prestação de serviços de assistência técnica e outros.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Crescimento da receita operacional líquida em 41,7%, crescimento acima do PIB industrial e da Formação Bruta de Capital Fixo.

b- variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Exceto a crise global iniciada no final do ano de 2008, que reduziu as vendas em 2009, em comparação com o ano de 2008 em 31,7%, assim como intensificou a competitividade, reduzindo as margens brutas, não houve outros fatores que impactaram materialmente os resultados operacionais.

Já em 2010 o aumento da receita operacional líquida deve-se ao aumento do volume de vendas, reflexo do aumento do crescimento da atividade industrial em 2010 e da adoção de uma política de redução de preços em 2010, para ficar mais competitiva em relação ao produto importado que, em função do câmbio, está com valor reduzido. A receita em 2010 foi composta de 65% de produtos lançados nos três últimos exercícios.

c- impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segundo os nossos critérios de análise dos impactos relacionados aos aspectos mencionados, tais fatores não alteraram significativamente o resultado operacional da Companhia no exercício de 2010

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a- introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2010.

b- constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Constituição da Companhia Helen Acquisition Corp, nos Estados Unidos da América do Norte, em abril de 2010, com capital social de US\$ 92 milhões. O objetivo da constituição dessa Companhia é viabilizar aquisições de participações societárias no exterior.

c- eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras durante o exercício de 2010.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a- mudanças significativas nas práticas contábeis

A Administração da Companhia decidiu, conforme facultado pelo órgão regulador, adotar antecipadamente os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com vigência prevista para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Dessa forma, esses pronunciamentos foram aplicados em 31 de dezembro de 2009.

O seguinte novo pronunciamento foi emitido e resultou em impactos nas demonstrações financeiras:

- CPC 43 - Adoção Inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 41; revisão aprovada pela Deliberação nº 651/10 de 3 de Dezembro de 2010.

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos em 2010 e, embora aplicáveis à Companhia, não resultaram em impactos nas demonstrações financeiras quando de sua adoção inicial:

- CPC 01 - Redução do valor recuperável; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 639 de 7 de outubro de 2010.
- CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 641 de 7 de outubro de 2010.
- CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; revisão aprovada pela Deliberação no 647 de 7 de outubro de 2010.
- CPC 04R - Ativo intangível; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 644 de 2 de dezembro de 2010.
- CPC 05R - Divulgação de partes relacionadas; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 642 de 7 de outubro de 2010.
- CPC 08R - Custos de Transação e Prêmio na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 649 de 16 de dezembro de 2010.
- CPC 41 - Resultado por Ação; aprovado pela Deliberação CVM nº 636 de 6 de agosto de 2010.

b- efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não há nenhum efeito significativo nas demonstrações financeiras em função de alteração de prática contábil.

c- ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não há ressalvas, mas temos uma ênfase conforme descrito a seguir:

“...as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligada e

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

controlada em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, para fins de IFRS seria custo ou valor justo.”

A Companhia entende que essa ênfase é gerada por uma diferença de práticas contábeis entre IFRS e BRGAAP. Não é oriunda de nenhum não cumprimento das práticas contábeis que a Companhia segue e portanto não há nenhuma medida a ser tomada em relação à essa prática.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores consideram que práticas contábeis críticas são: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão descritos os critérios mais significativos utilizados nas principais rubricas das demonstrações financeiras que exigem esses julgamentos:

a- Imposto de renda diferido

O método passivo de contabilização é usado para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade do montante a registrar do ativo fiscal.

b- Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que representa as práticas da indústria e sua experiência prévia. Entretanto, a vida útil econômica real pode variar com base na atualização tecnológica ou outros fatores objetivos. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação desses ativos.

c- Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber. Adicionalmente, a receita é reduzida por impostos de venda, devoluções, abatimentos e outras provisões similares.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- i. A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- ii. A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre os produtos vendidos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

- iii. O valor da receita pode ser calculado com confiabilidade.
- iv. É provável que os benefícios econômicos associados à transação passem para a Companhia.
- v. Os custos incorridos ou a incorrer relacionados à transação podem ser calculados com confiabilidade.
- vi. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda.

d- Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou implícita), existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

Garantias

A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos.

e- Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da capacidade de recuperação dos ativos de vida longa e determinar o tamanho dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável corresponde ao valor justo menos os custos da alienação ou o valor de uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto anterior à tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente do tempo, valor do dinheiro e riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for calculado para ser menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por impairment é reconhecida imediatamente no resultado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

O valor recuperável pode aumentar no futuro requerendo um estorno da perda por “impairment” reconhecida no passado. Quando a perda por “impairment” é revertida subsequentemente, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por “impairment” tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por “impairment”, se houver, é reconhecida imediatamente no resultado.

f- Conversão de saldos em moeda estrangeira

As informações referentes às controladas incluídas na consolidação são mensuradas usando-se a moeda do país em que a entidade opera (a moeda funcional). A Companhia define a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias analisando:

A moeda:

- i. Que mais influencia os preços de bens e serviços (geralmente, será a moeda na qual o preço de venda de seus produtos e serviços está expresso e acertado).
- ii. Do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos ou serviços.
- iii. Que mais influencia mão de obra, material e outros custos para o fornecimento de produtos ou serviços (geralmente será a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados).
- iv. Na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras
(exemplo: emissão de títulos de dívida ou ações).
- v. Na qual são normalmente acumulados valores recebidos de atividades operacionais.

Os seguintes fatores adicionais também foram considerados na determinação da moeda funcional da entidade no exterior:

- i. Se as atividades da entidade no exterior são desenvolvidas como uma extensão da Companhia e não com um grau significativo de autonomia. Um exemplo da extensão é quando uma entidade no exterior que vende somente produtos importados da Companhia e remete para esta o resultado das transações. Um exemplo de uma entidade no exterior autônoma é quando esta acumula caixa e outros itens monetários, incorre em despesas, gera receitas e obtém empréstimos, todos substancialmente na moeda local do país onde ela opera;
- ii. Se as transações com a Companhia são uma proporção alta ou baixa das atividades da entidade no exterior;
- iii. Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior afetam diretamente os fluxos de caixa da Companhia e se estão prontamente disponíveis para remessa a esta;

10.5 - Políticas contábeis críticas

- iv. Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior são suficientes para cobrir dívidas existentes e esperadas sem necessidade de aporte de recursos pela Companhia.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e as conversões são efetuadas de acordo com os critérios a seguir descritos:

- i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Exceto quanto à conversão de saldos de investimentos de controladas no exterior, que são registrados diretamente em conta específica do patrimônio líquido, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira no encerramento das demonstrações financeiras são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

- ii) Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e os investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias), que têm moeda funcional diferente da moeda considerada nas demonstrações financeiras consolidadas, são convertidos conforme segue:

- i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii. O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época; as mutações no patrimônio durante o exercício corrente são convertidas pela taxa de suas respectivas datas de ocorrência;
- iii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- iv. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Outros Resultados abrangentes”.

g- Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros e perdas quando adquiridos. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em um futuro próximo.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros ou perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente a variação originada em sua mensuração ou reconhecimento.
- O ativo financeiro for parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimento documentado pela Companhia e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o
CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Empréstimos e recebíveis

A Companhia considera as seguintes classes de ativos financeiros como parte da categoria de empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber, valores a receber - Repasse FINAME Fabricante e outros recebíveis. Empréstimos e recebíveis são passivos e ativos financeiros que possuem pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (“impairment”). Receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Deterioração dos ativos financeiros (“Impairment”)

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

Evidência objetiva de impairment poderia incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; ou
- Quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Para certas categorias de ativos financeiros como contas a receber de clientes e valores a receber - repasse Finame Fabricante, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Para os ativos financeiros mensurados ao valor de custo amortizado, o valor do “impairment” corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por “impairment” para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, caso em que o valor é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. Quando uma duplicata a receber é considerada irrecuperável, ela é baixada contra a conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas em lucros e perdas.

Para os ativos financeiros incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis, se em um período subsequente o montante da perda com “impairment” diminuir e o decréscimo pode ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento do “impairment”, a perda com “impairment” anteriormente reconhecida é revertida através de lucros e perdas, limitada ao que teria sido o valor do custo amortizado se o “impairment” não tivesse sido reconhecido.

Não reconhecimento de ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que teria de pagar. Se a Companhia retém todos os riscos e retornos sobre a propriedade de um ativo financeiro transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

h- Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio (“capital social”) emitidos pela Companhia

Classificação como passivos financeiros e capital social

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como capital social de acordo com a essência do acordo contratual.

Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade após deduzir todos os

10.5 - Políticas contábeis críticas

seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

Passivos de garantias financeiras contratuais

Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo maior valor entre o montante da obrigação do contrato e o montante inicialmente reconhecido deduzido, quando aplicável, pela amortização acumulada reconhecida de acordo com a prática contábil para reconhecimento de receita definida.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados pelo valor justo através de lucros e perdas ou como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas

Passivos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando o passivo financeiro é mantido para negociação ou quando designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente a variação na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- O passivo financeiro compor parte de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou de ambos, o qual é administrado e cujo desempenho seja avaliado com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia e as informações sobre esse grupo de ativos sejam fornecidas nessa base internamente.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em lucros e perdas. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos em lucros e perdas incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

10.5 - Políticas contábeis críticas

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento efetivo. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando aplicável, por um período menor. A Companhia não reconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, suas obrigações são liquidadas, canceladas ou vencidas.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**a- grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

É entendimento da Administração que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b- deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

As recomendações dos auditores não apresentaram questões significativas e já foram objeto de providências pela Administração da Companhia.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**a- como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

A Companhia efetuou uma oferta pública no exercício de 2007 e os recursos, conforme informado no Prospecto de Oferta Pública de Ações, foram utilizados para expansão da capacidade visando o crescimento orgânico e aquisições, até o momento de menor porte. Os recursos resultantes da oferta pública ainda não aplicados estão em constante análise e serão aplicados no momento em que os membros da Administração entenderem que o retorno do investimento está alinhado com os interesses dos acionistas e investidores.

Não houve nenhuma captação de recursos através de oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos períodos 2008, 2009 e 2010.

b- se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Conforme mencionado no item anterior, não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no Prospecto de Oferta Pública de Ações.

c- caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a- os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b- outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, não possui ativos e/ou passivos que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a- como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b- natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c- natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 - Plano de negócios

a- investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2010 a Companhia tem imobilizações em andamento com os principais valores destacados a seguir:

Investimentos em softwares – aquisição de novos programas de gerenciamento financeiro e estratégico – R\$ 1.077.000,00

Investimentos em segurança patrimonial – R\$ 820.000,00

Investimentos para manutenção do parque fabril – R\$ 543.000,00

Expansão unidade de chaparia e calderaria – R\$ 568.000,00.

Em 2011, a Companhia pretende destinar um total de R\$ 35.000.000,00 em seus investimentos de aquisição de máquinas e equipamentos e edificações para aumento da produtividade e manutenção do parque fabril.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano de 2011 através de capital próprio ou através de financiamentos oferecido pelo BNDES.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b- desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

c- novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Anualmente a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porém, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Historicamente a Companhia investe aproximadamente 4% da sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

10.10 - Plano de negócios

- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2010 o total investido em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 24.838.000,00 (R\$ 22.722.000,00 em 2009).

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a- objeto da projeção (*guidance*)

A Companhia revisou o *guidance* anteriormente publicado em outubro de 2010, conforme fato relevante divulgado ao mercado em julho de 2011 e considerou as seguintes estimativas:

- a) Aumento de -5% até 0% na receita operacional líquida, comparada com o ano de 2010;
- b) Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA ou ainda EBITDA), de 6% até 8% em relação a receita operacional líquida
- c) Investimentos em ativo fixo (CAPEX) de aproximadamente R\$20 milhões em 2011.

Nosso *guidance* constitui-se em meras previsões baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da companhia. Estas expectativas são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor, e dos mercados internacionais, portanto, estão sujeitas a mudanças.

b- período projetado e o prazo de validade da projeção

Nosso *guidance* é válido para o exercício de 2011.

c- premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As principais premissas utilizadas para a confecção do nosso *guidance* foram:

- a) Inflação – 6,3%;
- b) Taxa de câmbio – US\$1,00 = R\$1,60; e
- c) PIB brasileiro – 4,0%.

Nenhuma das premissas acima mencionadas possuem influência da Administração.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

As projeções são analisadas trimestralmente pelo evento da Reunião do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a- Atribuições do Conselho de Administração:

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto por 7 (sete) a 13 (treze) membros, sendo no mínimo 20% (vinte por cento) membros independentes, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, e por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros, sendo: 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, e por até 7 (sete) Diretores, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

As atribuições do Conselho de Administração são aquelas definidas na legislação em vigor, no Estatuto Social, no seu Regimento Interno e no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa.

O Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia estabelece como competência exclusiva do Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências previstas no Estatuto Social e na forma da lei:

- 1) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, dispondo sobre:
 - a) Planos de atividades da Companhia;
 - b) Programas de expansão dos setores existentes ou início de novas atividades;
 - c) Política salarial e de marketing da Companhia;
 - d) Adoção de novas linhas de produtos e alteração das já existentes;
 - e) Abertura e encerramento de filiais, agências ou novos estabelecimentos da Companhia ou alteração nas já existentes;
 - f) Participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista;
 - g) Aplicação, em empresas coligadas ou não, de investimentos derivados de incentivos fiscais;
 - h) Negociação de ações da própria Companhia.
- 2) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando, por ocasião da eleição, as respectivas atribuições;
- 3) Fiscalizar a gestão dos Diretores;
- 4) Deliberar sobre a convocação de Assembléias Gerais;
- 5) Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e das contas da Diretoria, propondo à Assembléia Geral a destinação dos lucros e a distribuição de dividendos;
- 6) Deliberar sobre: a) levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e, com base neles, declarar dividendos; b) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, já submetido à Assembléia Geral Ordinária;
- 7) Autorizar:
 - a) a aquisição, a alienação e a constituição de ônus reais de bens imóveis da Companhia;
 - b) a alienação ou a constituição de ônus reais de bens móveis que façam parte do ativo permanente da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- c) prestação de garantias a obrigações de terceiros;
 - d) emissão de Notas Promissórias para distribuição pública.
- 8) Propor à Assembléia Geral aumento ou diminuição do capital social e a forma de subscrição, integralização e emissão de ações;
- 9) Escolher e destituir auditores independentes;
- 10) Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembléia Geral, a participação de cada Membro do Conselho de Administração, de cada membro do Conselho Consultivo e de cada Diretor, na participação de que trata o Artigo 39 deste Estatuto;
- 11) Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembléia Geral, a remuneração individual dos Administradores e do Conselho Consultivo;
- 12) Deliberar sobre a emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cuja deliberação não seja de exclusiva competência de Assembléia Geral, dentro do limite do Capital Autorizado, bem como, a seu critério, estabelecer ou não, o exercício do direito de preferência para os acionistas da Companhia, decorrente do aumento de capital.
- 13) Propor o pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, na forma da legislação em vigor, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação de imputá-los ou não à conta de dividendos.
- 14) Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado.

O Regimento Interno do Conselho de Administração determina as seguintes competências ao Conselho de Administração, em adição do estabelecido no Estatuto Social:

- Aprovar e manter atualizado o Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia;
- Respeitada a legislação e o Estatuto Social, definir e manter atualizada a Política de distribuição, aos acionistas da Companhia, de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio;
- Definir e manter atualizada a Política de Assunção de Riscos pela Companhia;
- Determinar, anualmente, o valor, acima do qual, atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria, deverão ser submetidos à prévia aprovação do Conselho; e
- Zelar para que as estratégias, políticas e diretrizes emanadas pelo Conselho sejam efetivamente implementadas pela Diretoria, sem, todavia, interferirem assuntos operacionais.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b- data de instalação do conselho fiscal e estrutura de funcionamento:

O Conselho Fiscal da Companhia foi eleito em 15 de março de 2011, em caráter não permanente, com mandato vigorando até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social de 2012.

O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes e funcionará, nos termos do parágrafo 2º do artigo 161 da Lei 6.404/76, a partir da Assembléia que eleger os seus membros, no exercício social em que for instalado, terminando o seu mandato na primeira Assembléia Geral Ordinária efetuada após a instalação.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

Os membros efetivos do Conselho Fiscal, quando este for instalado, terão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger, atendido o disposto no parágrafo 3º do artigo 162 da Lei 6.404/76.

A posse dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

c- mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

- Conselho de Administração: Processo de autoavaliação formal, com periodicidade anual;
- Diretoria: Avaliação formal, com periodicidade anual, sendo o Diretor-Presidente avaliado pelo Conselho de Administração e os demais Diretores, avaliados pelo Diretor-Presidente e revisada pelo Conselho de Administração.

d- em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

As atribuições dos Diretores são:

Livaldo Aguiar dos Santos (Diretor-Presidente): **I** - Coordenar e supervisionar a implementação das diretrizes emanadas do Conselho de Administração, objetivando sua fiel execução; **II** - Supervisionar a atividade corporativa e societária da Companhia e as decorrentes da sua participação em empresas controladas; e **III** - Substituir provisoriamente o Diretor de Relações com Investidores nas suas ausências e impedimentos; **b) William dos Reis (Vice-Presidente):** **I** - Substituir provisoriamente o Diretor-Presidente nas suas ausências e impedimentos; **II** - Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 2 e 3 da Companhia, localizadas na Av. Pérola Byington, nº 56, em Santa Bárbara d'Oeste; **III** - Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 14, 15, 16 e 19 da Companhia, localizadas na

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Rodovia SP-304, em Santa Bárbara d'Oeste, e **IV** - Supervisionar a Unidade de Serviço – Máquinas-Ferramenta Pesadas (US-MFP) e do Departamento de Manutenção Geral (DMG); **c) José Carlos Romi (Diretor): I** - Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia dos produtos máquinas-ferramenta e máquinas para processamento de plásticos; **II** - Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas a Compras e **III** - Supervisionar as atividades de integração das subsidiárias operacionais da Companhia, no Brasil e no exterior; **d) Sergio Roberto Novo (Diretor): I** - Supervisionar as atividades administrativas e financeiras da Companhia, exceto as de Controladoria; e **II** - Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia; **e) Hermes Alberto Lago Filho (Diretor): I** - Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização de máquinas-ferramenta e de máquinas para plásticos, no país e no exterior; **f) Luiz Cassiano Rando Rosolen (Diretor): I** - Desempenhar a função de Diretor de Relações com Investidores, atendendo as exigências da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.; e **II** - Supervisionar a atividade de Controladoria da Companhia e suas subsidiárias; **g) Fábio José Azevedo Degan (Diretor): I** Supervisionar as atividades industriais da Unidade Fabril nº 1 da Companhia, localizada na Av. Pérola Byington, nº 56, em Santa Bárbara d'Oeste; **II**) Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 10, 11, 81 e 82 da Companhia, localizadas na Rodovia SP-304, todas em Santa Bárbara d'Oeste, e **III**) Supervisionar as atividades do Departamento de Engenharia Industrial e Manutenção (DEIM), e **h) Ivan Carvalho de Machado Diretor): I** - Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à assistência técnica, venda de máquinas usadas e aluguel de máquinas-ferramenta e de máquinas para plásticos, venda de peças de reposição, no país e no exterior.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a- prazos de convocação:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais da Companhia são convocadas mediante anúncio publicado por 3 vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as Assembleias Gerais da Companhia seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral.

b- competências:

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, dependerá da aprovação da Assembleia Geral a prática dos seguintes atos: a) reformar o estatuto social, b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, d) autorizar a emissão de debêntures, e) suspender o exercício dos direitos do acionista; f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social, g) autorizar a emissão de partes beneficiárias, h) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas, i) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata, j) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, k) fixar a remuneração global dos Administradores e dos membros do Conselho Consultivo, e l) eleger os membros do Conselho Consultivo.

c- endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Os documentos relativos à Assembleia Geral estão à disposição dos acionistas para análise na sede da Companhia, na Av. Pérola Byington, 56, Centro, Santa Bárbara d'Oeste-SP, no endereço eletrônico da Companhia (www.romi.com/investidores), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br), na rede mundial de computadores.

d- identificação e administração de conflitos de interesses:

Respeitado os termos da lei, a identificação e administração de conflitos de interesse também são reguladas pelo Código de Ética e Conduta Empresarial e pela Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante e de Negociação com Ações da Companhia, ambos disponíveis na página na rede mundial de computadores da Companhia (www.romi.com/investidores).

e- solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Respeitados os termos da lei, a Companhia admite o exercício do direito de voto por procuração aos administradores para o exercício do direito de voto, desde que o

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

representante outorgado esteja validamente constituído e que a procuração contenha o voto a ser proferido. Entretanto, a Companhia não possui um sistema de solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f- formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

As procurações devem ser enviadas com firma reconhecida e com comprovação de poderes dos signatários, até o nível do acionista. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g- manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h- transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias:

A Companhia não mantém sistema de transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

i- mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:

A Companhia não mantém mecanismos formais e expressos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	09/02/2011
		Valor Econômico - SP	09/02/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	10/02/2011
			11/02/2011
			12/02/2011
		Valor Econômico - SP	10/02/2011
			11/02/2011
			14/02/2011
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	06/04/2011	
	Valor Econômico - SP	06/04/2011	
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	10/02/2010
		Valor Econômico - SP	10/02/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	11/02/2010
			15/02/2010
		Valor Econômico - SP	11/02/2010
			12/02/2010
			13/02/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	23/04/2010
Valor Econômico - SP		23/04/2010	
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	18/02/2009
		Valor Econômico - SP	18/02/2009
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	19/02/2009
			25/02/2009
		Diário Oficial do Município - SP	21/02/2009
		Valor Econômico - SP	19/02/2009
			20/02/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	09/04/2009
Valor Econômico - SP		09/04/2009	

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a- frequência das reuniões:

Conforme estabelecido no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 8 (oito) vezes por ano, conforme calendário aprovado até 30 de novembro do ano anterior, ou, em caráter extraordinário, sempre que o interesse da Companhia o exigir, a critério do Presidente do Conselho ou de pelo menos dois Conselheiros.

b- se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

É parte integrante do acordo de acionista de Indústrias Romi S.A. (“Acordo”), de 29/08/1996, com vigência até 31/12/2011, o acordo de acionistas firmado entre os acionistas da Fênix Empreendimentos S.A., empresa acionista majoritária da Companhia.

O acordo de acionista da Fênix Empreendimentos S.A estabelece o compromisso dos acordantes de votarem, em conjunto, na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e, subsequentemente, na indicação da Diretoria da Companhia.

O compromisso descrito acima, é a única menção constante no acordo que, atualmente, encontra-se arquivado na sede da Companhia e na CVM / BM&FBovespa.

c- regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Além disso, a identificação e administração de conflitos de interesse são regulados pelo Código de Ética e Conduta Empresarial e Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante e de Negociação com Ações.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia, em seu Art. 55, estabelece que a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Livaldo Aguiar dos Santos	57	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2011	AGO de 2012
870.221.928-04	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	15/03/2011	Sim
Não aplicável				
Willian dos Reis	55	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2011	AGO de 2012
017.456.838-01	Engenheiro	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	15/03/2011	Sim
Não aplicável				
José Carlos Romi	52	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2011	AGO de 2011
056.637.218-51	Engenheiro	Reponsável pela área de tecnologia da Companhia	15/03/2011	Sim
Não aplicável				
Sergio Roberto Novo	59	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2011	AGO de 2011
678.463.948-00	Administrador	Responsável pela Diretoria Administrativa	15/03/2011	Sim
Não aplicável				
Hermes Alberto Lago Filho	57	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2011	AGO de 2011
208.955.500-91	Engenheiro	Reponsável pela área comercial e assistência técnica	15/03/2011	Sim
Não aplicável				
Luiz Cassiano Rando Rosolen	37	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2011	AGO de 2011
171.588.618-64	Administrador de Empresas e Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	15/03/2011	Sim
Não aplicável				
Fábio José Azevedo Degan	47	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2011	AGO de 2011
052.570.458-26	Engenheiro	Diretor responsável pela Unidade de Negócios de Fundidos e Usinados	15/03/2011	Sim
Não aplicável				
Ivan Carvalho de Machado	48	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2011	AGO de 2012
116.722.088-90	Engenheiro	Responsável pela Diretoria de Serviços	01/04/2011	Sim
Não aplicável				
Alexander Bialer	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	AGO de 2012
029.379.568-15	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/03/2011	Não
Não aplicável.				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Américo Emílio Romi Neto	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	AGO de 2012
016.334.888-02	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/03/2011	Sim
Presidente do Conselho de Administração da subsidiária Rominor – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A				
Carlos Guimarães Chiti	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	AGO de 2012
048.669.548-41	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	15/03/2011	Sim
Gerência do departamento de gestão de risco				
Monica Romi Zanatta	30	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	AGO de 2012
274.117.138-64	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2011	Sim
Gerente de Vendas de Máquinas para Plástico no Mercado Externo				
Paolo Guglielmo Bellotti	74	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	AGO de 2012
416.654.578-72	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/03/2011	Sim
Não aplicável.				
Paulo Romi	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	AGO de 2012
082.401.568-19	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2011	Sim
Não aplicável.				
Pedro Mader Meloni	60	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	AGO de 2012
555.229.208-15	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/03/2011	Não
Não aplicável				
Newton Carneiro da Cunha	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	AGO de 2012
801.393.298-20	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/03/2011	Não
Não aplicável				
Alfredo Ferreira Marques Filho	48	Conselho Fiscal	15/03/2011	AGO de 2012
028.236.498-67	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/03/2011	Não
Não aplicável.				
Antonio Nelson Naime	60	Conselho Fiscal	15/03/2011	AGO de 2012
107.545.808-06	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	15/03/2011	Sim
Não aplicável.				
Clóvis Ailton Madeira	60	Conselho Fiscal	15/03/2011	AGO de 2012

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
253.599.328-72	Contador, Administrador de Empresas, Auditor Independente e Professor	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	15/03/2011	Sim
Não aplicável.				
Roberto de Carvalho Bandiera	72	Conselho Fiscal	15/03/2011	AGO de 2012
014.567.848-20	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/03/2011	Não
Não aplicável.				
Sergio de Vasconcellos Rodrigues	48	Conselho Fiscal	15/03/2011	AGO de 2012
024.998.328-19	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/03/2011	Não
Não aplicável				
Vitor Magalhães de Melo Jorge	24	Conselho Fiscal	15/03/2011	AGO de 2012
113.832.787-50	Administrador de Empresas	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/03/2011	Não
Não aplicável.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Livaldo Aguiar dos Santos - 870.221.928-04

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas - SP - UNICAMP e pós-graduado em Gestão de Negócios, pela GE Corporate University, de Crotonville (NY), EUA. Sua experiência profissional inclui 15 anos de atuação em cargos de direção, em empresas de engenharia, bens de capital e logística.

Condenações criminais: nenhuma.

Willian dos Reis - 017.456.838-01

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas - SP - UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez, Diretor da Companhia, em 2007. É atualmente responsável pelas áreas industriais dos produtos de máquinas-ferramenta e máquinas para processamento de plásticos. Eleito Diretor Vice-Presidente, na RCA de 22/07/2008.

Condenações criminais: nenhuma.

José Carlos Romi - 056.637.218-51

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas - SP - UNICAMP. Atua na Companhia desde 1982, onde ocupou diversos cargos. Em 1990, foi eleito pela primeira vez diretor da Companhia. É atualmente responsável pela área de tecnologia dos produtos máquinas-ferramenta e máquinas para processamento de plásticos, pelas atividades industriais dos produtos máquinas-ferramenta pesadas, bem como pela área de suprimentos.

Condenações criminais: nenhuma.

Sergio Roberto Novo - 678.463.948-00

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - São Paulo - FGV. Sua experiência profissional inclui 24 anos de atuação, em cargos de direção, em empresas dos setores financeiros e têxtil. Atua na Companhia desde 2005, quando foi eleito Diretor pela primeira vez. É atualmente responsável pelas áreas administrativa e financeira.

Condenações criminais: nenhuma.

Hermes Alberto Lago Filho - 208.955.500-91

Formado em Engenharia Mecânica, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua na Companhia desde 1982, onde ocupou diversos cargos na área de vendas, sendo eleito Diretor pela primeira vez em 2007. É atualmente responsável pela área comercial e assistência técnica, nos mercados interno e externo.

Condenações criminais: nenhuma.

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64

Formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e pós-graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Atua na Companhia desde 2006, sendo desde 23 de outubro de 2008 como Diretor. É atualmente responsável pelas áreas de Controladoria e de Relações com Investidores.

Condenações criminais: nenhuma.

Fábio José Azevedo Degan - 052.570.458-26

Formado em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, com pós-graduação em Gerenciamento de Marketing pelo INPG - Instituto Nacional de Pós-Graduação e em Gestão Estratégica de Empresas pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Atuou por 22 anos na TRW Automotive onde assumiu diferentes responsabilidades e posições, em 2007 tornou-se Diretor de Operações. Em 16 de março de 2010, foi eleito Diretor. Atualmente é responsável pela unidade de negócios de fundidos e usinados.

Condenações criminais: nenhuma.

Ivan Carvalho de Machado - 116.722.088-90

Atuação em empresas multinacionais de grande porte, com foco no atendimento e serviços a clientes dos mais diversos segmentos, tendo ocupado, em sua última posição, o cargo de Gerente de Operações para a América Latina de uma multinacional alemã, fabricante de produtos e serviços ligados à impressão (incluindo acabamento, peças e consumíveis). Graduado em Engenharia Mecânica, pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), pós-graduado em Eletrônica/Sistemas Distribuídos para Controle de Processos (Universidade de São Paulo – POLI/USP), em Automação Industrial de Processos Gráficos (Carl Duisberg – Alemanha) e em Política e Estratégia (Escola Superior de Guerra), e possui MBA Executivo em Marketing (Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM).

Condenações criminais: nenhuma.

Alexander Bialer - 029.379.568-15

Indústrias Romi S.A., Sabesp, Aviança, Andritz Hydro Inepar, desempenhando a função de membro do conselho de administração.
GE Hydro Inepar S.A., desempenhando a função de Presidente do Conselho de Administração.

Condenações criminais: nenhuma.

Américo Emílio Romi Neto - 016.334.888-02

Presidente do Conselho de Administração. Funções: Convocar, por deliberação do Conselho de Administração, as Assembleias Gerais e presidi-las; Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração.

Condenações criminais: nenhuma.

Carlos Guimarães Chiti - 048.669.548-41

Atua na Companhia desde 1993, tendo sido responsável pela área de importação e suprimentos, e hoje responde pela gerência da gestão de riscos. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Desde 2003, Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Condenações criminais: nenhuma.

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Gerente de Vendas de Máquinas para Plástico no Mercado Externo de 2009 até presente data; Membro do Conselho de Administração de 2009 até presente data; Chefe de Melhoria Contínua de 2008 a 2009 e Assistente de Vendas para Máquinas-Ferramenta no Mercado Externo de 2001 a 2008.

Condenações criminais: nenhuma.

Paolo Guglielmo Bellotti - 416.654.578-72

Indústrias Romi S.A., desempenhando a função de Membro do Conselho de Administração e S&V Consultores S/C Ltda, desempenhando a função de sócio de empresa no ramo de consultoria.

Condenações criminais: nenhuma.

Paulo Romi - 082.401.568-19

Membro do Conselho de Administração. Funções: Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados.

Condenações criminais: nenhuma.

Pedro Mader Meloni - 555.229.208-15

Indústrias Romi S.A., membro do conselho de administração.
International Finance Corporation - Principal advisor do IFC para América Latina e Caribe.

Condenações criminais: nenhuma.

Newton Carneiro da Cunha - 801.393.298-20

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, Diretor Administrativo.
Termobahia SA - Membro do conselho de administração
Solpart Participações S.A - Membro do conselho de administração
Contax Participações S.A - Membro do conselho de administração
FIAGO Participações S.A - Membro do conselho de administração
INPAR Participações S.A - Membro do conselho de administração

Condenação criminal: nenhuma.

Alfredo Ferreira Marques Filho - 028.236.498-67

(i) Horwath Tufani, Reis & Soares Auditores Independentes (CVM 4740); (ii) TIM Participações S.A.; (iii) Indústrias ROMI S.A.; (iv) Cia. Providência; (v) MAHLE Metal Leve S.A.; (vi) Dixie Toga S.A.; (vii) Cyrela Commercial Proprieties S.A.; (viii) Banco ABC Brasil S.A.; (ix) Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

(i) Sócio responsável por trabalhos técnicos de auditoria com registro no CNAI n. 596 (CVM, Bacen e SUSEP); (ii) Membro efetivo do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria; (iii) a (vii) Membro efetivo do Conselho Fiscal; (vii) e (ix) Membro efetivo do Comitê de Auditoria.

Condenações criminais: nenhuma.

Antonio Nelson Naime - 107.545.808-06

(i) Grupo Financeiro Indusval, (ii) BKR-Lopes Machado Auditores.

(i) Superintendente Administrativo e Contábil, Membro dos Comitês de Segurança da Informação, Auditoria e Compliance, (ii) Gerente de Auditoria.

Condenações criminais: nenhuma.

Clóvis Ailton Madeira - 253.599.328-72

Directa Auditores: Diretor responsável pela administração de trabalhos em diversos clientes, principalmente de serviços de auditoria.

Condenações criminais: nenhuma.

Roberto de Carvalho Bandiera - 014.567.848-20

Bandiera Advogados, desempenhando o papel de sócio.

Condenações criminais: nenhuma.

Sergio de Vasconcellos Rodrigues - 024.998.328-19

(i) PETROS – Fundação Petrobrás de Seguridade Social; (ii) Indústrias Romi S.A.

(i) Assessor da Presidência. (ii) Membro do Conselho Fiscal.

Condenações criminais: nenhuma.

Vitor Magalhães de Melo Jorge - 113.832.787-50

PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, exercendo a função de Analista de Investimento Junior.

Condenações criminais: nenhuma.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos períodos apresentados não havia nenhum comitê de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Américo Emílio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração	016.334.888-02	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
José Carlos Romi Diretor	056.637.218-51	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Américo Emílio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração	016.334.888-02	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
José Carlos Romi Diretor	056.637.218-51	Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Américo Emílio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração	016.334.888-02	Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
José Carlos Romi Diretor	056.637.218-51	Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração	048.669.548-41	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eugênio Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração	057.324.018-30	Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2010			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Américo Emílio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração	016.334.888-02	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Presidente do Conselho de Administração	84.696.814/0001-00		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração	048.669.548-41	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Fenix Empreendimentos S.A. Membro da Diretoria	51.319.358/0001-12		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Romi Membro do Conselho de Administração	082.401.568-19	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Fenix Empreendimentos S.A. Membro do Conselho de Administração	51.319.358/0001-12		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2009			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Américo Emílio Romi Neto	016.334.888-02	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Administradores - D&O, **Vigência 15/02/2011 a 15/02/2012, Apólice nº 1-10-4000732-0**, Seguradora Itaú Seguros S.A., cobrindo indenizações e custos de defesa, com limite máximo de cobertura no valor **R\$ 25.000.000,00**.

12.12 - Outras informações relevantes

Membros do Conselho de Administração com atuação em outras companhias:

Américo Emílio Romi Neto

Presidente do Conselho de Administração de Rominor – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. e Vice-Presidente do Conselho de Administração de Fênix Empreendimentos S.A.

Carlos Guimarães Chiti

Membro da Diretoria de Fênix Empreendimentos S.A.

Paulo Romi

Membro do Conselho de Administração de Fênix Empreendimentos S.A.

Alexander Bialer

Membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; Avianca Airlines- TACA; Andritz Hydro Inepar e Pacific Rubiales Energy

Pedro Mader Meloni

Principal Advisor do IFC – International Finance Corporation para América Latina e Caribe.

Newton Carneiro da Cunha

Cargos ocupados em outras Companhias: Diretor Administrativo da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros; Diretor Administrativo-Financeiro do Estacionamento Cinelândia; Membro do Conselho de Administração da Lupatech S/A

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a- objetivos da política ou prática de remuneração

A prática da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O objetivo da prática de remuneração é a retenção dos melhores profissionais para buscar alinhamento com os interesses da Companhia, através da maximização dos índices de rentabilidade aliado aos níveis requeridos de governança corporativa.

b- composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários (fixos e aprovados anualmente), participação nos resultados, previdência privada (contribuição definida), assistência médica (parte paga pela Companhia) e participação em reuniões do conselho de administração – RCA, esta última aplicável somente ao Conselho de Administração.

Quanto aos objetivos, destaca-se:

Elemento da Remuneração	Objetivos
Honorários, previdência privada, assistência médica e participação em reuniões do conselho de administração – RCA, esta última aplicável somente ao Conselho de Administração.	Retenção, e retribuição pelos serviços prestados levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado.
Participação nos resultados (exceto Conselho Fiscal)	Remuneração adicional que visa o reconhecimento pelos resultados atingidos

- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	<u>2010 (%)</u>	<u>2011 (%)</u>
Honorários e encargos	72,53	85,62
Participação nos resultados	14,36	-
Participação em assembleias	6,50	7,82
Previdência privada	5,56	5,54
Assistência médica	1,05	1,02

- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Todos os elementos da remuneração (com exceção da participação dos resultados) são reajustados em conformidade com as regras do dissídio coletivo anual. A participação dos resultados é um percentual estabelecido pela administração com base nos resultados do período.

- iv. razões que justificam a composição da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração da Companhia é baseada nas práticas de mercado e possuem harmonização com os objetivos da Companhia.

c- principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a participação nos resultados, que é influenciada pelo lucro líquido auferido em cada exercício social. Conforme o estatuto social, essa participação será no limite de 10% do lucro líquido. Dentro desse limite, os percentuais são definidos pela alta administração.

d- como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme mencionado no item acima, há um elemento (participação nos resultados) que reflete a evolução dos indicadores de desempenho (lucro líquido).

e- como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado e está alinhado com os interesses dos acionistas e investidores.

f- existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Duas controladas da Companhia remuneram, a título de honorários fixos, os administradores (diretores estatutários), entretanto, os valores são inexpressivos (em 2010, as duas controladas pagaram um total de R\$ 133.000,00 aos seus diretores estatutários)

g- existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	960.498,00	5.083.152,00	192.502,00	6.236.152,00
Benefícios direto e indireto	93.075,00	539.979,00	0,00	633.054,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	576.996,00	0,00	0,00	576.996,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.630.569,00	5.623.131,00	192.502,00	7.446.202,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	764.465,00	3.424.497,00	174.088,00	4.363.050,00
Benefícios direto e indireto	84.613,00	449.983,00	0,00	534.596,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	185.450,00	948.550,00	0,00	1.134.000,00
Participação em reuniões	468.357,00	0,00	0,00	468.357,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.502.885,00	4.823.030,00	174.088,00	6.500.003,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	6,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	783.855,00	3.020.401,00	175.002,00	3.979.258,00
Benefícios direto e indireto	413.277,00	447.996,00	0,00	861.273,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	76.587,00	371.150,00	0,00	447.737,00
Participação em reuniões	373.680,00	0,00	0,00	373.680,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.647.399,00	3.839.547,00	175.002,00	5.661.948,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2008 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	8,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.056.799,00	3.882.587,00	159.666,00	5.099.052,00
Benefícios direto e indireto	163.515,00	1.935.407,00	0,00	2.098.922,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	1.092.672,00	2.147.331,00	0,00	3.240.003,00
Participação em reuniões	446.400,00	0,00	0,00	446.400,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.759.386,00	7.965.325,00	159.666,00	10.884.377,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

ANEXO V

Ano	Órgão	Membros	Honorários	Participação em RCA	Assistência médica	Previdência privada	Participação nos resultados	Total por órgão
2008	Conselho de Administração	8	1.056.799	446.400	17.353	146.162	1.092.672	2.759.386
2008	Conselho Consultivo (***)	4	995.048	-	42.472	1.862	360.000	1.399.382
2008	Conselho Fiscal	3	159.666	-	-	-	-	159.666
2008	Diretoria estatutária	8	3.882.587	-	51.892	1.883.516	2.147.331	7.965.525
	TOTAL 2008		6.094.099	446.400	111.716	2.031.540	3.600.003	12.283.758
Ano	Órgão	Membros	Honorários	Participação em RCA	Assistência médica	Previdência privada	Participação nos resultados	Total por órgão
2009	Conselho de Administração	7	783.854	373.680	18.788	394.489	76.587	1.647.399
2009	Conselho Consultivo (***)	4	655.941	-	42.826	-	-	698.767
2009	Conselho Fiscal	3	175.002	-	-	-	-	175.002
2009	Diretoria estatutária	6	3.020.402	-	44.159	403.837	371.150	3.839.547
	TOTAL 2009		4.635.199	373.680	105.773	798.326	447.737	6.360.715

Ano	Órgão	Membros	Honorários	Participação em RCA	Assistência médica	Previdência privada	Participação nos resultados	Total por órgão	Contribuições previdência privada até 31 de dezembro de 2010
2010	Conselho de Administração	8	764.464	468.357	19.334	65.280	185.450	1.502.885	2.530.832
2010	Conselho Consultivo (***)	3	291.868	79.277	22.697	-	76.199	470.041	-
2010	Conselho Fiscal	3	174.088	-	-	-	-	174.088	-
2010	Diretoria estatutária	7	3.424.497	-	46.540	403.443	948.550	4.823.030	-
	TOTAL 2010		4.654.917	547.634	88.570	468.723	1.210.199	6.970.043	6.053.633

Ano	Órgão	Membros	Honorários (*)	Participação em RCA (*)	Assistência médica	Previdência privada	Participação nos resultados (**)	Total por órgão
2011	Conselho de Administração	8	960.498	576.996	21.267	71.808	-	1.630.569
2011	Conselho Consultivo (***)	2	479.290	207.562	24.967	-	-	711.819
2011	Conselho Fiscal	3	192.502	-	-	-	-	192.502
2011	Diretoria estatutária	8	5.083.152	-	55.847	484.132	-	5.623.131
	TOTAL 2011		6.715.442	784.558	102.081	555.940	-	8.158.021

Notas:

(*) Em relação a proposta para remuneração dos membros da administração prevista para o exercício corrente de 2011, no valor máximo de até R\$ 7.500.000,00 (sete milhões de Reais), que contempla os honorários e a participação em RCA, não significa que esse valor será aplicado em sua totalidade.

Conforme determina o Item 11, do Artigo 23, do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a fixação da remuneração individual dos Administradores, dentro dos critérios que leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e os valores dos seus serviços no mercado.

(**) O valor em Reais - R\$ da participação nos resultados somente será definido após a apuração do lucro líquido do exercício de 2011, portanto, não temos condições de informar o valor nesse momento. Como informação histórica, nos últimos 3 exercícios (2010, 2009 e 2008), o valor pago a título de participação dos resultados foi o equivalente a aproximadamente 3,7% do lucro líquido. A Companhia não possui como prática divulgar guias (*guidance*) relacionados ao seu lucro líquido, essa divulgação poderia gerar falsas expectativas no mercado de capitais.

(***) O Conselho Consultivo é órgão eleito pela Assembleia ao qual compete assistir à Administração da Companhia, através de opiniões de caráter não vinculativo, sobre assuntos financeiros, econômicos, técnicos e outros, relevantes para a Companhia, por iniciativa própria ou quando solicitadas pelo Conselho de Administração.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**Anexo VIII**

<u>Órgão</u>	Qtde ações <u>Emissor</u> (*)	Qtde ações <u>Controladas</u> (**)
Conselho de Administração	6.450.280	527.511
Conselho Consultivo	1.389.588	211.668
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	2.038.582	170.575
Total	9.878.449	909.754

(*) Refere-se a quantidade de ações da Companhia (Romi), detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

(**) Refere-se a quantidade de ações da controlada Rominor, detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a- órgão

Vide quadro de remuneração apresentado no item 13.2 do formulário.

b- número de membros

Vide quadro de remuneração apresentado no item 13.2 do formulário.

c- nome do plano

Romiprev

d- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Em 31 de dezembro de 2010 não há administradores que reúnem condições para se aposentar.

e- condições para se aposentar antecipadamente

O plano não prevê a aposentadoria antecipada.

f- valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Vide planilha Remuneração, Item 13 arquivada juntamente com o item 13.2 deste formulário., na coluna com a nomenclatura “Contribuições Previdência Privada até 31/12/2010”.

g- valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Vide quadro de remuneração apresentado no item 13.2 do formulário, na coluna com a nomenclatura “Previdência Privada”.

h- se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Em algumas circunstâncias o participante poderá solicitar o resgate antecipado. Essas circunstâncias são:

a) no caso de falecimento do participante, o resgate poderá ser feito de imediato pelo beneficiário indicado no plano;

b) no caso do participante que for acometido por doença grave, ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloque em risco sua vida, assim

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

caracterizado e diagnosticado por médico legalmente habilitado, identificado por seu registro profissional e emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina, fará jus, adicionalmente aos saldos das contas constituídos pelas contribuições realizadas à suas expensas, ao resgate de parte ou da totalidade dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia; e

c) também farão jus ao resgate total ou parcial dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia, o participante cujo beneficiário ou pessoa que mantém com o participante vínculo de dependência seja acometido de doença grave ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloquem em risco a sua vida.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Nº de membros	7,00	6,00	8,00	8,00	7,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.117.114,00	711.388,00	1.358.925,00	339.584,00	697.616,00	224.223,00	58.086,00	58.334,00	53.222,00
Valor da menor remuneração(Reais)	528.514,00	380.350,00	754.338,00	153.543,00	134.672,00	159.815,00	58.086,00	58.334,00	53.222,00
Valor médio da remuneração(Reais)	689.004,00	639.925,00	995.666,00	187.861,00	235.343,00	344.923,00	58.029,00	58.334,00	53.222,00

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração****31/12/2008**

Para o cálculo do valor médio da remuneração, foram excluídos os valores pagos aos membros que deixaram seus cargos antes do encerramento de cada exercício, para que não haja distorções relevantes.

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Duas controladas da Companhia remuneraram, nos últimos 3 exercícios, as suas diretoria estatutária. Os valores das remunerações são os seguintes:

a) Rominor – R\$ 94.000,00 por ano para os 2 últimos exercícios e R\$ 131.000,00 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010; e

b) Interocean –R\$ 2.000,00 por ano para os 3 últimos exercícios.

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da administração.

13.16 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Quantidade de funcionários por país			
	2010	2009	2008
Brasil	2.758	2.297	2.896
Itália	223	239	244
França	12	17	17
Inglaterra	14	19	22
Espanha	10	10	15
Holanda	-	3	1
Europa	8	9	8
EUA	8	8	11
Total	3.033	2.602	3.214

Quantidade de funcionários por função desempenhada			
	2010	2009	2008
Administração	267	204	279
Comercialização	352	335	358
Diretoria	27	34	34
Produção	2.155	1.683	2.204
Tecnologia	232	346	339
Total	3.033	2.602	3.214

Índice de rotatividade			
	2010	2009	2008
Total do grupo	13%	31%	21%

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

As alterações ocorridas entre os anos de 2010 e 2009 referem-se aos ajustes de retomada das atividades aos níveis de 2008, antes da crise. Exceto quanto aquelas ocorridas entre os anos de 2008 e 2009 referentes aos ajustes operacionais que a Companhia se viu obrigada a realizar em frente às condições econômicas adversas daquele período.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Política de salários e remuneração variável:

Tem como objetivo assegurar que todos os funcionários sejam remunerados de uma forma internamente justa e externamente competitiva, de acordo com nossas necessidades, objetivos e recursos financeiros, de forma a atrair, reter e motivar pessoal e recompensar o bom desempenho.

Participação nos lucros e/ou resultados (PLR)

Tem como objetivo a maximização de lucros para a empresa e, conseqüentemente, gerar mais recompensa aos funcionários.

O montante da PLR é um percentual do Salário Nominal. O percentual a ser aplicado é determinado pela rentabilidade, aqui definida como Margem Operacional obtida no ano. São utilizadas 4 (quatro) tabelas de Rentabilidade (Margem Operacional), sendo 1 (uma) representando a Rentabilidade Geral da Companhia e as outras 3 (três) representando a Rentabilidade de cada uma das Unidades de Negócio (Máquinas-Ferramenta, Máquinas para Plástico e Fundidos e Usinados). A quantidade de salário nominal a ser pago a título de PLR final, já acrescida dos percentuais referentes as metas de produtividade, é calculada sobre o salário nominal do mês de dezembro, apurando-se, assim, o valor da PLR a ser paga a cada funcionário. O montante da PLR a ser paga pela Companhia é limitada a 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido do Exercício, observado o valor individual máximo de 3 (três) salários nominais. Trimestralmente, após a publicação oficial das demonstrações financeiras do período, é divulgado aos funcionários os resultados até a data, para fins de acompanhamento.

Pagamento Mínimo Individual

Independentemente de obtenção de Lucro Líquido no Exercício, é assegurado o pagamento mínimo individual, não cumulativamente nas seguintes situações: (a) Equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria vigente em dezembro do ano de referência, que será pago a título de PLR, em caso de lucro suficiente para absorver o montante da participação a ser paga aos funcionários e valor equivalente aos acionistas. (b) Equivalente a 33% (trinta e três por cento) do piso salarial da categoria vigente em dezembro do ano de referência, que será pago a título de Abono, em caso de prejuízo ou de lucro insuficiente para absorver o montante da participação a ser paga aos funcionários e valor equivalente aos acionistas.

Remuneração variável anual

Tem como objetivo manter um Sistema de Remuneração Variável Anual para os cargos de confiança (Assessor, Chefe e Gerente), visando estimular e premiar pelo atingimento dos objetivos e metas (quantitativas e qualitativas), definidos pela Direção da empresa. O valor da Remuneração Variável Anual pode chegar até 4 Salários Nominais para Gerentes, 3 Salários Nominais para Chefes e 2 Salários Nominais para Assessores.

Sistema de incentivo de vendas (SIV)

Tem como objetivo manter um Sistema de Incentivo de Vendas (SIV) para os profissionais que atuam na força de comercialização (Vendedores Técnicos, Gerentes de Filial de Vendas e Gerentes de Venda) em complementação ao salário nominal, visando estimulá-los no atingimento dos objetivos da Divisão de comercialização, de forma a

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

atrair e reter bons profissionais. O valor do SIV leva em consideração o território de vendas, a classificação e pacote de produtos.

Política de benefícios

Restaurante interno:

Tem por objetivo oferecer serviços de restaurante, de maneira mais econômica, higiênica e saudável possível. O preço de cada refeição é de 28% do salário-hora, observando-se um teto determinado pelo Departamento Pessoal da Companhia.

Assistência médica

Tem por objetivo proporcionar um adequado atendimento nos casos de tratamento de saúde dos funcionários e seus dependentes. Os planos oferecidos são: **Plano A** (com internação em quarto coletivo e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitais e serviços), **Plano B** (com internação em quarto privativo, com direito a acompanhante e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitais e serviços) e **Seguro Saúde** (oferece os mesmos serviços que o plano avançado e proporciona aos usuários a opção por clínicas, médicos, hospitais e serviços fora da rede credenciadas)

Previdência privada (ROMIPREV)

Tem por objetivo proporcionar uma importante contribuição adicional à renda da previdência social e ampliar os recursos do funcionário por ocasião da aposentadoria, aos funcionários que são elegíveis ao plano. As coberturas oferecidas são Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Cônjuge em 60% e Múltiplo de Salários.

Outros serviços

Além dos benefícios acima, a empresa contrata, às expensas do funcionários, serviços de Assistência Odontológica e Plano de Seguro de Vida em Grupo.

a) Características dos planos de remuneração baseado em ações

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A empresa mantém relações baseadas na transparência e diálogo constante junto aos sindicatos dos trabalhadores.

É garantido a todos os funcionários o direito à livre associação ao sindicato, inclusive com convênio que permite o desconto da mensalidade em folha de pagamento.

Temos diversas comissões internas de empregados, como por exemplo CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), Comissão de empregados para discussão e aprovação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), Comissão de Jequitibanos (funcionários com mais de 30 anos de casa), dentre outras.

O Sindicato tem abertura para, por exemplo, entregar brindes a seus associados nas dependências da empresa.

Temos empregados da companhia ocupando cargos de direção no Sindicato.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
André Luis Romi						
089.555.168-35	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	275.124	0,368000%	0	0,000000%	275.124	0,368000%
José Carlos Romi						
056.637.218-51	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	275.124	0,368000%	0	0,000000%	275.124	0,368000%
Américo Emílio Romi Neto						
016.334.888-02	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	275.124	0,368000%	0	0,000000%	275.124	0,368000%
Sandra Maria Romi Cheida						
045.954.068-86	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	114.576	0,153300%	0	0,000000%	114.576	0,153300%
Flora Sans Romi						
160.758.058-69	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	763.967	1,021900%	0	0,000000%	763.967	1,021900%
Juliana Guimarães Chiti						
016.341.138-70	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	558.467	0,747000%	0	0,000000%	558.467	0,747000%
Giordano Romi						
014.766.888-34	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	1.497.574	2,003200%	0	0,000000%	1.497.574	2,003200%
Eugênio Guimarães Chiti						
057.324.018-30	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	558.467	0,747000%	0	0,000000%	558.467	0,747000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Maria Pia Romi Campos						
057.324.458-89	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	275.124	0,368000%	0	0,000000%	275.124	0,368000%
Carlos Guimarães Chiti						
048.669.548-41	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	558.466	0,747000%	0	0,000000%	558.466	0,747000%
Gensis Asset Manager LLP						
	Inglaterra	Não	Não	16/03/2010		
	4.581.900	6,129000%	0	0,000000%	4.581.900	6,129000%
Romeu Romi						
014.770.568-15	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	1.147.707	1,535200%	0	0,000000%	1.147.707	1,535200%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social						
34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	24/03/2011		
	7.016.145	9,385318%	0	0,000000%	7.016.145	9,385318%
Fenix Empreendimentos S.A.						
51.319.358/0001-12	Brasileira-SP	Sim	Não	16/03/2010		
	27.166.190	36,339100%	0	0,000000%	27.166.190	36,339100%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Não	Não	16/03/2010		
	5.330.000	7,129700%	0	0,000000%	5.330.000	7,129700%
Patrícia Romi Cervone						
067.630.358-70	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	114.576	0,153300%	0	0,000000%	114.576	0,153300%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Paulo Romi						
082.401.568-19	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	114.576	0,153300%	0	0,000000%	114.576	0,153300%
Frederico Romi						
052.111.018-12	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	114.576	0,153300%	0	0,000000%	114.576	0,153300%
Anna Maria de Toledo Romi						
262.179.248-03	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	121.786	0,162900%	0	0,000000%	121.786	0,162900%
Adriana Romi						
067.631.108-39	Brasileira-SP	Sim	Sim			
	114.576	0,153300%	0	0,000000%	114.576	0,153300%
OUTROS						
	23.783.502	31,814182%	0	0,000000%	23.783.502	31,814182%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	74.757.547	100,000000%	0	0,000000%	74.757.547	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Adriana Romi					
067.631.108-39	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.544.726	5,118303	0	0,000000	1.544.726	5,118303
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Américo Emílio Romi Neto					
016.334.888-02	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.956.898	6,484001	0	0,000000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ana Regina Romi Zanatta					
030.178.208-31	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.940.010	6,428044	0	0,000000	1.940.010	6,428044
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
André Luis Romi					
089.555.168-35	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.956.898	6,484001	0	0,000000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Anna Maria de Toledo Romi					
262.179.248-03	Brasileira-SP	Sim	Sim		
70.949	0,235083	0	0,000000	70.949	0,235083
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Carlos Guimarães Chiti					
048.669.548-41	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.601.244	8,618982	0	0,000000	2.601.244	8,618982
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Claudia Miriam Romi					
693.710.916-49	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.940.000	6,428011	0	0,000000	1.940.000	6,428011
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Daniel Furlan Romi					
175.718.228-40	Brasileira-SP	Sim	Sim		
73	0,000242	0	0,000000	73	0,000242
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Eugênio Guimarães Chiti					
057.324.018-30	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.601.244	8,618982	0	0,000000	2.601.244	8,618982
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fernando Romi Zanatta					
225.651.668-77	Brasileira-SP	Sim	Sim		
63	0,000209	0	0,000000	63	0,000209
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Flora Sans Romi					
160.758.058-69	Brasileira-SP	Sim	Sim		
202.636	0,671416	0	0,000000	202.636	0,671416
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Frederico Romi					
052.111.018-12	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.544.727	5,118310	0	0,000000	1.544.727	5,118310
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Giordano Romi					
014.766.888-34	Brasileira-SP	Sim	Sim		
269.507	0,892987	0	0,000000	269.507	0,892987
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Giordano Romi Junior					
030.367.578-05	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.940.073	6,428253	0	0,000000	1.940.073	6,428253
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Carlos Romi					
056.637.218-51	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.956.898	6,484001	0	0,000000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Juliana Guimarães Chiti					
016.341.138-70	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.601.244	8,618982	0	0,000000	2.601.244	8,618982
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Maria Pia Romi Campos					
057.324.458-89	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.956.898	6,484001	0	0,000000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Patrícia Romi Cervone					
067.630.358-70	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.544.727	5,118310	0	0,000000	1.544.727	5,118310
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Paulo Romi					
082.401.568-19	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.544.727	5,118310	0	0,000000	1.544.727	5,118310
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Romeu Romi					
014.770.568-15	Brasileira-SP	Sim	Sim		
235.645	0,780788	0	0,000000	235.645	0,780788
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Romeu Romi					
014.770.568-15	Brasileira-SP	Sim	Sim		
235.645	0,780788	0	0,000000	235.645	0,780788
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Sandra Maria Romi Cheida					
045.954.068-86	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.544.727	5,118310	0	0,000000	1.544.727	5,118310
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Suzana Guimarães Chiti					
265.639.118-03	Brasileira-SP	Sim	Sim		
226.496	0,750474	0	0,000000	226.496	0,750474
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	30.180.410	100,000000	0	0,000000	30.180.410
				30.180.410	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia / Data da última alteração	15/03/2011
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.127
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	212
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	193

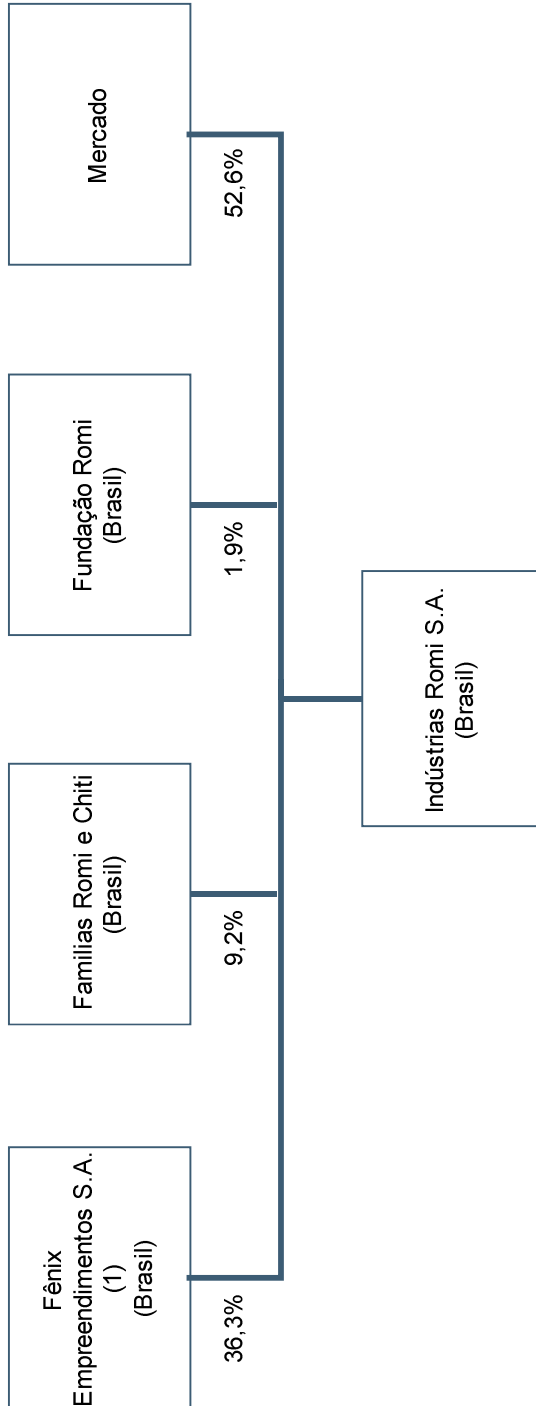
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	39.294.535	52,562632%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	39.294.535	52,562632%

15.4 - Organograma dos acionistas

Organograma Societário



(1) Fênix Empreendimentos S.A. é uma companhia holding controlada pelas famílias Romi e Chiti.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de Acionistas de Indústrias Romi S.A.:

a) partes: Carlos Chiti, Suzana Guimarães Chiti, Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Giordano Romi - Espólio, Flora Sans Romi, Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos, André Luís Romi, Romeu Romi, Anna Maria de Toledo Romi, Sandra Maria Romi Cheida, Frederico Romi, Paulo Romi, Patrícia Romi Cervone, Adriana Romi e Fênix Empreendimentos S.A. (Acionistas Contratantes).

b) data de celebração: 29.08.1996

c) prazo de vigência: 31.12.2011 ou enquanto as ações mantiverem a forma escritural.

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle:

É parte integrante do acordo de acionista de Indústrias Romi S.A., de 29/08/1996, com vigência até 31/12/2011 ou enquanto as ações mantiverem a forma escritural, o acordo de acionista firmado entre os acionistas de Fênix Empreendimentos S.A., empresa acionista majoritário da Companhia.

O Acordo de Acionistas de Fênix Empreendimentos S.A estabelece que o voto nas Assembleias Gerais da Companhia deverá ser apreciado, previamente, por Assembleia Geral na Fênix Empreendimentos S.A, quando se tratar das matérias a seguir especificadas:

- Alteração Estatutária;
- Modificação do objeto social ou da denominação;
- Aumento de Capital Social;
- Aprovação das Demonstrações Financeiras;
- Emissão de debêntures, conversíveis em ações;
- Transformação societária - cisão, fusão e incorporação.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

O mencionado acordo de acionista de Fênix Empreendimentos S.A também estabelece que a venda ou oneração de ações da Companhia, de propriedade da Fênix Empreendimentos S.A, dependerá de aprovação dos acionistas contratantes desse acordo, que detenham 80% do capital social da Fênix Empreendimentos S.A.

Os acordos de acionistas mencionados nesse item 15.5, letra d), são os únicos acordos que, atualmente, encontram-se arquivados na sede da Companhia e CVM / BM&FBovespa.

e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores:

Vide letra b), do item 12.4. deste Formulário de Referência.

f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las:

O Acordo de Acionistas de Indústrias Romi S.A., de 29/08/1996, com vigência até 31/12/2011 ou enquanto as ações mantiverem a forma escritural, estabelece que o acionista contratante que desejar ceder, onerar, alienar, por qualquer forma, suas ações, comunicará sua intenção aos demais acionistas contratantes, por intermédio da Companhia, que terão o prazo de 3 (três) dias para se manifestarem sobre a proposta de alienação. Havendo manifestação de interesse na aquisição nas condições propostas ou na inexistência de manifestação dentro do prazo, será efetuada comunicação, pela Companhia, aos demais acionistas contratantes, autorizando a alienação a terceiros. A intenção de instituir ônus sobre as ações ou o seu oferecimento em qualquer tipo de garantia, deverá ser comunicada à Companhia, que se incumbirá de comunicar à Instituição Depositária.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração:

Vide letra d), do item 15.5. deste Formulário de Referência.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Acionistas	31.12.08	%	31.12.09	%	31.12.10	%
Conselho de Administração	25.752	0,03%	13.652	0,02%	8.752	0,01%
Diretoria	2.000	0,00%	2.000	0,00%	2.000	0,00%
Conselho Fiscal	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Controladores	35.566.836	45,27%	35.452.260	47,42%	35.452.260	47,42%
Total	35.594.589	45,31%	35.467.912	47,44%	35.463.012	47,44%
Em circulação	39.162.958	49,85%	39.289.635	52,56%	39.294.535	52,56%
Ações em tesouraria	2.296.900	2,92%	-	-	-	-
Total Geral	78.557.547	100,00%	74.757.547	100,00%	74.757.547	100,00%

15.7 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As principais práticas adotadas pela Companhia para as transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- a) Os contratos de mútuo (ativos e passivos) possuem prazos de vencimento predeterminados, são vencíveis no longo prazo e são remunerados pela LIBOR semestral mais juros de 1% ao ano e variação cambial. Os contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e as controladas destinam-se, basicamente, a aumento de capital de giro para apoio financeiro a essas controladas.
- b) A controlada Rominor é garantidora de parte das operações de FINAME fabricante efetuadas pela controladora, através da emissão de notas promissórias e avais.
- c) A Companhia possui contratos de aluguel de imóveis com a sua controlada Rominor. Oito imóveis fazem parte desses contratos, os quais são utilizados para sediar as operações das filiais de vendas espalhadas no território brasileiro.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Romi Machine Tools	31/12/2010	6.118.000,00	R\$ 6.118.000,00	Não aplicável	1 ano.	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Suprir a investida de capital de giro.						
Rominor Comércios e participações	25/10/2006	1.151.280,00	R\$ 0,00	Não aplicável	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Aluguel de imóveis em várias unidades da federal para abrigar as filiais de venda						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Romi Itália GmbH	28/12/2010	7.182.000,00	R\$ 7.182.000,00	Não aplicável	1 ano.	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Suprir a investida de capital de giro.						
Romi Europa GmbH	05/11/2010	576.000,00	R\$ 576.000,00	Não aplicável	1 ano.	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Suprir a investida de capital de giro.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
07/04/2009	502.935.785,00		74.757.547	0	74.757.547
Tipo de capital	Capital Subscrito				
07/04/2009	502.935.785,00		74.757.547	0	74.757.547
Tipo de capital	Capital Integralizado				
07/04/2009	502.935.785,00		74.757.547	0	74.757.547
Tipo de capital	Capital Autorizado				
21/03/2007	0,00		84.361.828	0	84.361.828

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/04/2007	RCA	17/04/2007	180.000.000,00	Subscrição pública	12.000.000	0	12.000.000	69,23000000	15,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Oferta Pública de Ações								
Forma de integralização		Oferta Pública de Ações								
25/04/2007	RCA	25/04/2007	62.935.785,00	Subscrição pública	4.195.719	0	4.195.719	14,30000000	15,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Oferta Pública de Ações								
Forma de integralização		Oferta Pública de Ações								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou nenhuma das operações solicitadas no formulário nos períodos apresentados.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital nos períodos apresentados.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Sim
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	(i) De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (ii) Direito a participar da distribuição dos lucros; (iii) Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iv) Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (v) Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (vi) Direito de votar nas assembleias gerais; e (vii) Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não se aplica à Companhia.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

a) O Estatuto Social da Companhia não estabelece regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos;

b) O Estatuto Social da Companhia estabelece regras para a realização de oferta pública em seu “Capítulo VII – Da alienação do controle acionário, do controle difuso, do cancelamento do registro de companhia aberta e da saída do Novo Mercado”. Destacamos os seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia:

Artigo 41 - Caso ocorra a alienação do controle acionário da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 43 - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou

b) em caso de alienação do controle do acionista controlador da Companhia, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 43 - Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle acionário da mesma, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 41 deste Estatuto Social; e

b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (“IPCA”).

Artigo 44 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 49 deste Estatuto Social.

Artigo 45 - Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem: (i) a saída da Companhia do Novo Mercado, de modo que suas ações deixem de ter registro no Novo Mercado, ou (ii) a reorganização societária da qual a Companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista, ou grupo de acionistas, que detiver o poder de controle da Companhia deverá efetivar oferta

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 49 deste Estatuto Social, respeitados os requisitos constantes da Seção X do Regulamento de Listagem do Novo Mercado e os constantes do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e observada a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo 8º da Lei 6.404/76.

Artigo 46 - Na hipótese de haver Controle Difuso:

a) sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a Companhia deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 44, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública;

b) sempre que for aprovada, em Assembléia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no Artigo 45 (ii) deste Estatuto Social, a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 45 deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Para fins deste Estatuto Social, os termos (i) “Controle Difuso” significa o exercício do poder de controle por acionista detentor de menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia. Significa, ainda, o poder de controle quando exercido por grupo de acionistas detentor, em conjunto, de percentual superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social, em que cada acionista detenha individualmente menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social, e desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos e não estejam sob controle comum e nem atuem representando interesse comum, e (ii) “Controle” (bem como seus termos correlatos, “Poder de Controle”, “Controlador”, “sob Controle comum” ou “Controlada”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (“grupo de controle”) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Artigo 49 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 44 e 45 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Parágrafo Primeiro - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Parágrafo Segundo - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 51 - Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia; ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste Artigo 51 (“OPA”), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BOVESPA e os termos deste Artigo. O Acionista Adquirente deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo Segundo deste Artigo. A OPA, segundo a forma de pagamento proposta pelo ofertante, poderá ser: (i) de compra, mediante o pagamento à vista em moeda corrente nacional; (ii) de permuta, mediante o pagamento em valores mobiliários; ou (iii) mista, mediante parte do pagamento em dinheiro e parte em valores mobiliários.

Parágrafo Segundo - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 51, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 51. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Terceiro - A realização da OPA mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Quinto - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo Sexto - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, da aquisição de ações das pessoas referidas no Art. 60 abaixo e, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo Sétimo - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Oitavo - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembléia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo.

Parágrafo Nono - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo Segundo acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

artigo da Lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo Dez – Para fins deste Artigo 51, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa:

(i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente;

(ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente;

(iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente;

(iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social;

(v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social; ou

(vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

Parágrafo Onze – Não obstante o disposto nos Artigos 51, 52 e 53 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas de aquisição de ações mencionadas nos demais Artigos do Capítulo VII deste Estatuto Social.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2010**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	70.301.853	14,95	11,50	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	25.761.321	13,25	9,70	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.313.394	13,36	9,90	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	43.000.423	15,50	12,67	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2009

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	58.896.617	7,76	5,55	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	88.310.346	8,80	6,31	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	41.505.749	12,83	8,70	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	74.918.375	13,25	11,02	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	194.506.282	21,17	13,16	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	148.674.489	18,76	14,45	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	156.220.216	15,89	8,41	R\$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	61.971.548	9,68	4,79	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica à Companhia.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A Companhia tem suas ações em negociação na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro – BM&FBOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável à Companhia nos períodos reportados.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve oferta pública de ações nos últimos três exercícios abrangidos por esse formulário.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

18.10 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
22/08/2011	22/08/2011 à 18/02/2012	39.267.234,00	Ordinária		3.000.000	7,640000	705.000	6,20	R\$ por Unidade	23,500000
<p>Em reunião realizada em 22 de agosto de 2011, aprovou programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução de capital, nos termos do seu Estatuto Social e da Instrução CVM n.º 10/80 e alterações posteriores e das demais disposições legais vigentes.</p> <p>O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para o seu acionista, através da aplicação de parte dos seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucro e de capital.</p> <p>No âmbito do Programa, as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 22/08/2011 e 18/02/2012(180 dias), na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a preços de mercado, pela corretora Santander CCVM S.A., com endereço à Av. Juscelino Kubistchek, 2.041 – 24º andar, São Paulo-SP, Brasil, CEP 04543-011.</p> <p>A quantidade de ações ordinárias a ser adquirida será de até 3.000.000 (três milhões), representando 7,64% das ações ordinárias em circulação no mercado, que nesta data totalizam 39.267.234.</p>										

21/10/2008	21/10/2008 à 04/03/2009	25.760.000,00	Ordinária		3.800.000	9,671762	3.800.000	6,77	R\$ por Unidade	100,000000
<p>O Conselho de Administração, na reunião realizada em 21 de outubro de 2008, aprovou o programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital, nos termos de seu estatuto social, das Instruções CVM nº 10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes. O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para os seus acionistas, através da aplicação de parte de seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucros e de capital. Tendo sido completada a quantidade prevista, em 04 de março de 2009, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa. Durante a sua vigência, a Companhia adquiriu 3.800.000 ações ordinárias de sua própria emissão, pelo valor total de R\$ 25.760 (R\$ 10.194 durante o ano de 2009), sendo o valor médio por ação de R\$ 6,77. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 07 de abril de 2009, foi aprovado o cancelamento dessas referidas ações. Com o cancelamento, o número total de ações ordinárias passou a ser de 74.757.547.</p>										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2009****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		2.286.900	0,00	0,00
Aquisição		1.513.100	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		3.800.000	0,00	0,00
Saldo final		0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2008**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		2.286.900	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.286.900	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**Valor mobiliário** Ações

Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			197.300	6,40	R\$ por Lote de Mil	22/08/2011	0,263920
Ordinária			200.400	6,30	R\$ por Lote de Mil	24/08/2011	0,268067
Ordinária			96.800	6,10	R\$ por Lote de Mil	26/08/2011	0,129485
Ordinária			39.900	6,17	R\$ por Lote de Mil	31/08/2011	0,053373
Ordinária			2.400	5,65	R\$ por Lote de Mil	12/09/2011	0,003210
Ordinária			168.200	5,91	R\$ por Lote de Mil	15/09/2011	0,224994

19.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 23/10/2008

Cargo e/ou função Conselho de Administração

Principais características

INTRODUÇÃO

A empresa, por ter suas ações negociadas em Bolsa de Valores, é considerada, pela lei, como uma Empresa de Capital Aberto. Em consequência, está sujeita a fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, que tem como finalidade acompanhar as atividades de empresas abertas, no sentido de proteger as negociações dos proprietários de ações que circulam no mercado.

A lei que dispõe sobre as Sociedades Anônimas, por sua vez, determina que os administradores da empresa têm a obrigação de divulgar, comunicando a Bolsa de Valores (no caso a BOVESPA, em São Paulo) e à imprensa, qualquer deliberação que possa influir, de modo ponderável, na decisão dos acionistas de comprar ou vender as ações da empresa.

Para regular esse tipo de informações, a CVM baixou a Instrução 358, de 03 de janeiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2002, alterada pela Instrução CVM nº 369/02, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2002, disciplinando a divulgação de fatos ocorridos no âmbito da empresa, e que, por suas características, possam ser entendidos como relevante para o mercado de ações.

As informações sobre mudanças de critérios contábeis, informações sobre lucros ou prejuízos ainda não divulgados pela forma oficial, alteração de projeções econômicas ou não, já divulgadas pela companhia, volume de produção, perspectiva de faturamento, lançamentos de novos produtos, são exemplos de fatos que podem se tornar relevantes, para os efeitos da lei, e são definidos como FATOS RELEVANTES.

A empresa, por determinação legal, é obrigada a nomear, dentre os seus administradores, um Diretor de Relação com Investidores, centralizando, nesse diretor, todos os contatos com a Bolsa de Valores, com a CVM, e com o mercado, representado por empresas ligadas ao mercado de capitais. Para exercer essa função, o Conselho de Administração designou o Diretor Luiz Cassiano R. Rosolen.

Em obediência ao disposto no Art. 16 da citada Instrução 358/02 da CVM, o Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de junho de 2002, os seguintes procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas, a serem observadas pelas pessoas mencionadas nos artigos 11, 13 e seus parágrafos, da citada Instrução CVM:

1. DEFINIÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

Considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembléia geral ou dos órgãos de administração da companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

I - na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciados;

II - na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;

III - na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia ou a eles referenciados.

Observada a definição acima, são exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, os seguintes:

I - assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;

II - mudança no controle da companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;

III - celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da companhia;

IV - ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;

V - autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;

VI - decisão de promover o cancelamento de regis

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

5. VEDAÇÕES À NEGOCIAÇÃO

Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.

20.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

a- data de aprovação: 23 de outubro de 2008

b- pessoas vinculadas:

Acionistas Controladores, Membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e Funcionários da Companhia que exercem funções técnicas ou consultivas

c- principais características:

- Cumprimento pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia de divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.
- Cumprimento pelos acionistas controladores da companhia, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal, quando instalado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas já existentes ou que foram criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, de guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

d- previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

- Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.
- A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia possui, de maneira formal, uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que encontra-se disponível para o público no endereço www.romi.com/investidores.

O Item 4 da mencionada Política estabelece que cumpre ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Conselho de Administração da Companhia designou o Sr. Luiz Cassiano Rando Rosolen - Diretor de Relação com Investidores como o responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

22.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.